

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO**

**AMANDA SOUZA DA SILVA**

**PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E APOSENTADORIA:  
INVESTIGANDO A PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES DA GRANDE  
FLORIANÓPOLIS**

**Florianópolis - SC  
2024**

Amanda Souza da Silva

**PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E APOSENTADORIA: INVESTIGANDO A  
PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Curso apresentado à disciplina CAD 7305 como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina. Enfoque: Monográfico Orientador(a): Prof. Dr<sup>a</sup>., Ana Luiza Paraboni.

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.  
Dados inseridos pelo próprio autor.

Amanda Souza, Da Silva

Previdência Complementar e aposentadoria: investigando a percepção dos residentes da grande Florianópolis / Da Silva Amanda Souza ; orientadora, Paraboni Ana Luiza, 2024.  
65 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Administração, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Administração. 2. previdência complementar. 3. previdência privada. 4. aposentadoria. 5. planejamento financeiro. I. Ana Luiza, Paraboni. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Administração. III. Título.

Amanda Souza da Silva

**PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E APOSENTADORIA: INVESTIGANDO A  
PERCEPÇÃO DOS RESIDENTES DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

Este trabalho de curso foi julgado adequado e aprovado na sua forma final pela Coordenadoria de Trabalho de Curso do Departamento de Ciência da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2024.

---

Profa. Dra. Ana Luzia Paraboni  
Coordenadora de Trabalho do Curso

Avaliadores:

---

Ana Luzia Paraboni  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Ani Caroline Potrich  
Professora da Administração  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Mauricio Fernandes Pereira  
Professora da Administração  
Universidade Federal de Santa Catarina

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus, por me guiar com sabedoria, conceder forças e discernimento para superar os desafios desta jornada, especialmente nos momentos em que pensava em desistir. Agradeço profundamente aos meus pais, que sempre cultivaram em mim a importância da educação e de uma formação acadêmica, valores que me fizeram seguir em frente.

Minha gratidão se estende aos amigos e colegas da graduação, cujo apoio tornou mais leves os momentos de cansaço entre o trabalho e os estudos. Aos professores, sou imensamente grata pelos ensinamentos sobre o mundo corporativo, que enriqueceram minha caminhada com maior preparo e repertório.

Sou grata à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que não apenas me proporcionou anos de aprendizado, mas também a oportunidade de conviver com pessoas incríveis e mentes brilhantes.

Agradeço em especial à minha orientadora, Ana Paraboni, pelo apoio incansável e pela maestria na condução deste trabalho, e aos professores da banca, Maurício Pereira, cuja contribuição marcou minha trajetória acadêmica, e Ani Potrich, por quem tenho grande admiração desde o NUFIEC.

Por fim, agradeço ao meu namorado, João, por acreditar em mim e ser meu constante incentivador, e aos amigos que sempre estiveram comigo e foram carregadores de energia nos momentos de lazer. Concluir esta etapa me enche de alegria, honra e gratidão.

## RESUMO

Este trabalho investigou a percepção dos residentes da Grande Florianópolis sobre a previdência complementar como ferramenta de planejamento financeiro para a aposentadoria, considerando o envelhecimento populacional e a inversão da pirâmide etária, que afetam a sustentabilidade dos sistemas previdenciários no Brasil. A pesquisa quantitativa contou com 347 respondentes e utilizou questionários divididos em quatro blocos: o primeiro analisou o perfil dos participantes (gênero, idade, estado civil, entre outros); o segundo avaliou o conhecimento sobre a previdência social; o terceiro focou na previdência complementar; e o quarto abordou o conhecimento financeiro e os critérios para escolha de fundos previdenciários. Os resultados mostraram que 64,6% dos respondentes residiam em Florianópolis, 79,3% eram solteiros, 47% tinham ensino médio completo, e 37,8% apresentavam renda entre R\$1.412,01 e R\$4.236,00. Apenas 15% possuíam previdência complementar, e 51,9% não contribuía ao INSS. Conclui-se que há necessidade de ampliar o acesso à informação e à educação financeira para fomentar o planejamento previdenciário.

**palavras-chaves:** previdência complementar; previdência social; sustentabilidade; educação financeira; planejamento financeiro; aposentadoria

## ABSTRACT

This work investigated the perception of residents of Greater Florianópolis about supplementary pensions as a financial planning tool for retirement, considering population aging and the inversion of the age pyramid, which affect the sustainability of pension systems in Brazil. The quantitative research had 347 respondents and used questionnaires divided into four blocks: the first analyzed the profile of the participants (gender, age, marital status, among others); the second assessed knowledge about social security; the third focused on supplementary pension; and the fourth addressed financial knowledge and criteria for choosing pension funds. The results showed that 64.6% of respondents lived in Florianópolis, 79.3% were single, 47% had completed high school, and 37.8% had income between R\$1,412.01 and R\$4,236.00. Only 15% had supplementary pensions, and 51.9% did not contribute to the INSS. It is concluded that there is a need to expand access to information and financial education to promote pension planning.

**Keywords:** supplementary pension; social security; sustainability; financial education; financial planning; retirement

## LISTA DE FIGURAS

|                                                  |    |
|--------------------------------------------------|----|
| Figura 1- Seguridade Social .....                | 18 |
| Figura 2- Diferenças dos planos PGBL e VGBL..... | 26 |
| Figura 3 - Tripé de investimentos .....          | 28 |



## LISTA DE TABELAS

|                                                                                            |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1- Tabela regressiva do investidor pessoa física para previdência complementar..... | 31 |
| Tabela 2 - Tabela progressiva para pessoa física em previdência complementar ...           | 32 |
| Tabela 3 - Perfil socioeconômico e demográfico dos respondentes .....                      | 41 |
| Tabela 4 - Conhecimento sobre a previdência social.....                                    | 44 |
| Tabela 5 - Informações sobre previdência complementar.....                                 | 48 |
| Tabela 6 - correlação entre gênero e aderência a previdência .....                         | 50 |
| Tabela 7 - correlação do perfil do investidor e aderência a previdência.....               | 51 |
| Tabela 8 - correlação de estado civil e aderência a previdência .....                      | 51 |
| Tabela 9 - Conhecimentos previdenciários .....                                             | 55 |
| Tabela 10 - Conhecimento financeiro.....                                                   | 57 |
| Tabela 11 - Compilado de resultado dos acertos Big Three.....                              | 59 |

**LISTA DE QUADROS**

|                                                                                 |    |
|---------------------------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 - Diferenças entre as Previdências Complementar Aberta e Fechada ..... | 24 |
| Quadro 2 - Resumo do instrumento de coleta de dados .....                       | 38 |

## SUMÁRIO

|                                                                              |    |
|------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. INTRODUÇÃO .....                                                          | 12 |
| 1.1 OBJETIVOS .....                                                          | 15 |
| 1.1.1 OBJETIVO GERAL .....                                                   | 15 |
| 1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....                                            | 15 |
| 1.2 JUSTIFICATIVA.....                                                       | 15 |
| 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....                                               | 17 |
| 2.1 PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....                                        | 17 |
| 2.2 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL.....                                  | 22 |
| 3. METODOLOGIA.....                                                          | 37 |
| 3.1 TIPO DE PESQUISA .....                                                   | 37 |
| 3.2 INSTRUMENTO DE PESQUISA.....                                             | 37 |
| 3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....                                                 | 38 |
| 3.4 ANÁLISE DE DADOS .....                                                   | 39 |
| 4. RESULTADOS .....                                                          | 41 |
| 4.1 ANÁLISE DE PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO .....                     | 41 |
| 4.2 ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....           | 44 |
| 4.3 ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE PREVIDÊNCIA<br>COMPLEMENTAR ..... | 48 |
| 4.4 ANÁLISE DE CONHECIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS .....                           | 55 |
| 4.5 ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO FINANCEIRO .....                        | 57 |
| 5. CONCLUSÃO .....                                                           | 61 |
| REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA .....                                               | 63 |

## 1. INTRODUÇÃO

Em uma sociedade marcada pela inversão da pirâmide etária e pela crescente necessidade de segurança financeira, os sistemas de previdência desempenham um papel essencial na garantia de qualidade de vida após a aposentadoria. A previdência social, um programa de seguro público, é adquirida por meio de contribuições mensais obrigatórias e garante renda ao contribuinte na aposentadoria, além de fornecer diversos benefícios aos segurados, como auxílio-reclusão, auxílio-doença, salário-maternidade e pensão por morte (Henrique, Rocha, Saporito, Silva, 2023).

Uma pesquisa conduzida pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FENAPREVI) em 2023 revela que 42% dos entrevistados contam com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para sua aposentadoria. No entanto, esse modelo previdenciário, baseado na contribuição da geração ativa para financiar a inativa, levanta preocupações entre alguns autores sobre o futuro da estrutura demográfica no Brasil, dada a crescente expectativa de vida e a queda na taxa de natalidade.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2013, prevê-se que até 2050 a população jovem (0-14 anos) diminuirá em 15,97%, enquanto a população idosa aumentará em 17,04%. A população em idade ativa (15-64 anos) também terá uma leve queda de 1,07%. Embora a projeção indique uma pequena redução na população em idade ativa, o que preocupa mais para a previdência é o aumento constante da população idosa em relação à população total do Brasil. Isso terá impactos nas políticas públicas e no equilíbrio fiscal do país. (NASCIMENTO; DIOGENES, 2020).

Lavinas e Araújo (2017) apresentam uma perspectiva diferente, sugerindo que o problema está relacionado à ausência de políticas públicas que promovam a maternidade. Países com taxas de natalidade mais altas têm investido em medidas como a conciliação entre o trabalho feminino e o fornecimento de escolas e creches públicas em período integral, incentivando assim a maternidade. Porém, o Brasil enfrenta desafios de austeridade fiscal, o que dificulta o aumento dos investimentos em educação e saúde, necessários para enfrentar essa questão.

Desde a Constituição de 1988, o Brasil já passou por aproximadamente sete reformas previdenciárias, conforme destacam Castro e Lazzari (2022), visando alterar regras em dois aspectos fundamentais: o financiamento do regime e a concessão de

benefícios, sob o argumento de manter a sustentabilidade do modelo. Dado o cenário e as reformas constantes na previdência social, uma alternativa viável é a previdência complementar, que é um tipo de investimento indicado para quem tem objetivos de médio e longo prazo. Surge como uma alternativa bastante atrativa para quem quer complementar a aposentadoria que recebe do governo, ou quer garantir um futuro financeiro confortável sem depender da previdência pública Henrique et al. (2023). Vale ressaltar, de maneira antecipada, que o objetivo deste trabalho não é propor uma política específica para aumentar o nível de poupança destinado à aposentadoria da população, mas sim levantar questões importantes sobre essa problemática, cujos objetivos serão detalhados a seguir.

Conforme ressalta Lima et al. (2022), a previdência complementar, cuja adesão é opcional, se subdivide em Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC). As EFPCs podem estar vinculadas às empresas patrocinadoras que contribuem para os planos de seus empregados ou às entidades com vínculo associativo (Instituidor) que não possuem essa obrigatoriedade. Estão presentes em três segmentos: setor privado, instituidores e empresas com predomínio de participação do setor público. Já as EAPCs podem ser feitas por qualquer pessoa física independente de ter ou não vínculo empregatício.

De acordo com Heraty e McCarthy (202), para criar uma estratégia de renda por meio de previdência complementar é fundamental ter um planejamento financeiro de médio e longo prazo. O planejamento financeiro para a aposentadoria pode ser compreendido como um processo no qual o indivíduo se compromete a assegurar sua estabilidade financeira após encerrar sua vida profissional, sendo que grande parte desse esforço se concentra em contribuições financeiras voluntárias feitas durante o período de trabalho, seja em fundos de pensão<sup>1</sup> ou em contas de poupança pessoais

Porém, os dados assustadores da pesquisa da CNC em 2022 ressaltando que 78% das famílias brasileiras encerraram o ano endividadas, mostram um grande

---

<sup>1</sup> De acordo com Amorim (2022), “Fundos de Pensão são um tipo de investimento feito por empresas privadas ou públicas também chamado de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e são reguladas pela Lei Complementar Nº 109/2001 que diz em seu Art 2º “O regime de previdência complementar é operado por entidades de previdência complementar que têm por objetivo principal instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, na forma desta Lei Complementar”

distanciamento da educação financeira necessária para um bom planejamento financeiro e êxito no sustento da aposentadoria dos brasileiros.

A educação financeira, conforme definida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), engloba o processo no qual as pessoas aprimoram seu entendimento sobre produtos financeiros (OCDE, 2013). Através de informação, treinamento e orientação, elas adquirem o conhecimento financeiro necessário para avaliar riscos e oportunidades. O conhecimento financeiro pode ser entendido como o entendimento básico de conceitos financeiros e a capacidade de aplicar habilidades numéricas em contextos financeiros. Esse conhecimento permite que os indivíduos gerenciem suas finanças pessoais, comparem produtos e serviços financeiros para tomar decisões apropriadas e bem-informadas, além de reagirem a eventos que possam impactar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2023).

O Raio X do Investidor 2023, pesquisa realizada pela ANBIMA, revela que, em 2022, apenas 32% dos brasileiros conseguiram poupar, o que representa um aumento em comparação aos anos anteriores. Além disso, 36% da população está investindo em produtos financeiros, totalizando cerca de 60 milhões de brasileiros. No entanto, a poupança ainda é a escolha predominante, respondendo por 26% do total de investimentos realizados. Por outro lado, apenas 2% da população opta por planos de previdência privada.

A falta de educação financeira no Brasil fica evidente quando se observa a baixa adesão dos investidores a produtos com horizonte de médio e longo prazo, visando sua aposentadoria. Correlacionado a isso, as metas de gerentes de bancos, principais agentes de instrução financeira dos investidores, acabam abalando a confiança quanto a adequação do que é oferecido ao perfil do cliente.

## **1.1 OBJETIVOS**

### **1.1.1 OBJETIVO GERAL**

Investigar a percepção dos residentes de Florianópolis em relação à previdência complementar e seu papel como ferramenta de planejamento financeiro para a aposentadoria.

### **1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- A. Analisar o grau de adesão dos indivíduos residentes na Grande Florianópolis aos planos de previdência complementar, considerando diversos perfis socioeconômicos;
- B. Avaliar o entendimento acerca da atual situação da previdência social;
- C. Investigar o nível de conhecimento financeiro dos respondentes; e
- D. Investigar o conhecimento dos indivíduos acerca dos critérios e indicadores utilizados na análise e escolha de um fundo previdenciário.

## **1.2 JUSTIFICATIVA**

O atual contexto de transformação demográfica reflete o processo de envelhecimento populacional, conjugado ao declínio da taxa de natalidade nas unidades familiares brasileiras. Este cenário aponta desafios consideráveis em relação à sustentabilidade do sistema previdenciário público, dado que as projeções indicam uma futura prevalência de beneficiários de aposentadoria sobre o contingente de trabalhadores ativos contribuintes para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Além disso, a maioria da população brasileira enfrenta dificuldades para administrar suas despesas mensais, conforme revelado pela Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE de 2017-2018, onde 72,4% dos brasileiros enfrentam algum nível de dificuldade financeira.

Essa falta de resiliência financeira foi evidenciada durante a pandemia de Covid-19 entre 2020-2023, quando a Confederação Nacional do Comércio (CNC)

relatou que 78% das famílias encerraram o ano de 2022 com dívidas. Segundo Souza (2021), com base nos dados do IBGE, mostraram que apenas 1% dos aposentados conseguem cobrir seus custos.

Diante desse panorama, torna-se evidente que o modelo vigente de previdência social, juntamente com a falta de educação financeira e o baixo índice de planejamento familiar, cria um contexto desafiador para a aposentadoria. As descobertas dessa pesquisa podem fornecer contribuições significativas para a sociedade e a comunidade acadêmica, além de identificar políticas públicas com maior eficácia.

Portanto, se faz necessário investigar o nível de compreensão da população em relação ao futuro de sua aposentadoria e identificar o conhecimento sobre as possíveis maneiras de planejamento e organização por meio da previdência complementar. O estudo será aplicado na região da Grande Florianópolis, onde situa-se a capital de Santa Catarina, caracterizada por uma ampla diversidade socioeconômica.

Além disso, o trabalho tem como objetivo chamar atenção para a adesão aos planos previdenciários e incentivar a autonomia dos investidores em avaliar os critérios necessários na escolha de um fundo complementar, destacando a importância do conhecimento financeiro como ferramenta essencial para capacitar os indivíduos a tomar decisões informadas e conscientes sobre seu futuro financeiro na aposentadoria.

Os resultados obtidos na pesquisa têm o potencial de fornecer contribuições significativas tanto para a sociedade em geral quanto para os acadêmicos que se dedicam ao estudo das finanças. Esse estudo pode enriquecer o debate sobre um tema que desperta uma variedade de opiniões e preocupações, especialmente no que diz respeito à sustentabilidade das aposentadorias das futuras gerações.



## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

De acordo com o artigo 194 da Constituição Federal de 1988, “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988). Portanto, se faz necessário distinguir os pilares da seguridade social. Lazzarin (2020) destaca que a Seguridade Social, portanto, abrange a Saúde Pública (que é para todos, independentemente de contribuições), a Previdência Social, destinada a conceder benefícios somente aos contribuintes (trabalhadores com relação formal de emprego e contribuintes individuais ou facultativos) e a Assistência Social, voltada aos vulneráveis sociais (idosos e deficientes considerados miseráveis).

Dentro da saúde pública, Lazzarin (2020) aponta que o Sistema Único de Saúde (SUS) foi construído não só como proteção à saúde, mas também como modelo de vigilância epidemiológica, de gerenciamento de doenças infecciosas, articulado com a Assistência Social. Surgiu com a Constituição Federal de 1988, com o objetivo de garantir o acesso universal e gratuito para toda a população do país.

Já o conceito de Assistência Social é possível encontrar no artigo da Constituição conforme descrito abaixo:

Art. 4º A Assistência Social é a política social que provê o atendimento das necessidades básicas, traduzidas em proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à Seguridade Social. Parágrafo único. A organização da Assistência Social obedecerá às seguintes diretrizes: a) descentralização político-administrativa; b) participação da população na formulação e controle das ações em todos os níveis. (BRASIL, 1991)

Bisatto (2020) ressalta uma distinção fundamental na seguridade social: enquanto a saúde é entendida como um serviço gratuito e universal, acessível sem restrições financeiras ou condições, os benefícios da previdência social dependem da participação regular por meio de contribuições mensais.

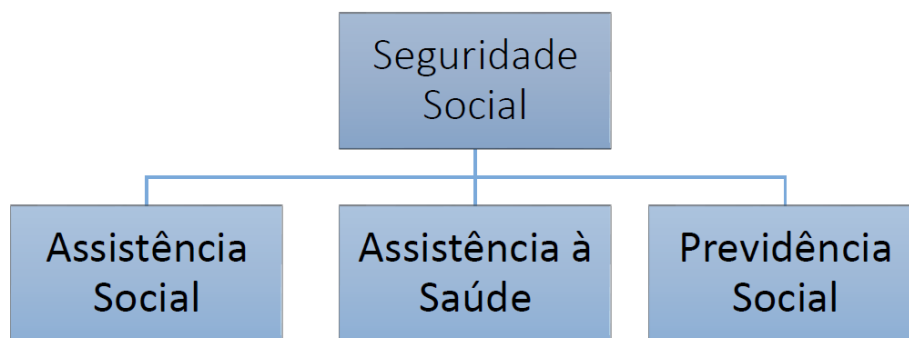
Conforme art. 201 da Constituição de 1988, a previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação

obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei (BRASIL, 1988):

- a) Cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- b) Proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- c) Proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- d) Salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
- e) Pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2. (BRASIL, 1988).

Segue abaixo a Figura 1 que ilustra a composição da seguridade social:

**Figura 1- Seguridade Social**



Fonte: Brasil (1998).

### 2.1.1 LINHA DO TEMPO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

No Brasil, a previdência social teve seu início em 1923, com a promulgação da Lei Eloy Chaves (Decreto n. 4.682 de 24/01/1923), estabelecendo as bases da Previdência Social no país, inicialmente voltada para a criação de caixas de aposentadorias e pensões para os ferroviários. Atualmente, os regimes previdenciários se dividem em públicos e privados. Na esfera pública, encontramos o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), ambos de natureza contributiva e com filiação obrigatória para todo profissional com vínculo empregatício.

No modelo de previdência social, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), administrado pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), é destinado aos trabalhadores de iniciativa privada (modelo CLT), profissionais autônomos, alguns

servidores que não possuem regime próprio e contribuintes individuais. Enquanto, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é específico para militares das Forças Armadas e servidores públicos efetivos no âmbito federal, estadual e municipal. Cavalcante et al. (2020) ressalta que o RGPS e o RPPS estão estruturados pelo regime financeiro de repartição simples, com filiação obrigatória do trabalhador, mediante pagamento de contribuições.

O regime de repartição simples (pay as you go), atual modelo do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), norteado pelo princípio da solidariedade, é conhecido pelo regime de fluxo de caixa, ou seja, não forma reserva monetária, assim que se recebe as contribuições já saem do caixa (BOHNEN, 2019).

No regime de previdência por repartição, os trabalhadores ativos e as empresas financiam as aposentadorias de quem já está aposentado. Esses aposentados, por sua vez, contribuíram para a aposentadoria das gerações anteriores. Essa lógica, típica dos regimes de repartição, é conhecida como solidariedade intergeracional, onde uma geração sustenta a aposentadoria da seguinte. Nesse sistema, não apenas os trabalhadores têm um valor descontado de seus salários para a aposentadoria, mas também as empresas são obrigadas a contribuir para a Seguridade Social. (JARDIM; MOURA, 2023)

A lógica desse sistema baseia-se em uma pirâmide etária onde a base de jovens contribuintes sustenta o topo da população idosa. No entanto, observa-se uma mudança demográfica significativa nos últimos anos, com a diminuição dos níveis de natalidade e o aumento da expectativa de vida, tornando essas tendências insustentáveis para o regime atual.

Nascimento e Diógenes (2020) contextualizam que a primeira fase de mudança demográfica ocorreu após a segunda guerra mundial, com avanços na medicina, saneamento básico e saúde pública resultando em menores taxas de mortalidade, principalmente em relação às crianças, e aumento da expectativa de vida. Nessa fase a taxa de fecundidade se mantém alta, portanto, observa-se expressivo aumento da população.

Por volta de 1970, as taxas de fecundidade começaram a diminuir devido a fatores como o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. A partir de 2000, o Brasil começou a sentir o impacto da desaceleração do crescimento populacional e da mudança na estrutura da pirâmide etária. Segundo IBGE (2022), o número de pessoas com 65 anos ou mais no país chegou a 22.169.101,

representando 10,9% da população. Isso significa um aumento de 57,4% em relação a 2010, quando esse grupo era de 14.081.477, ou 7,4% da população. Em contraste, o número de crianças com até 14 anos diminuiu de 45.932.294 (24,1%) em 2010 para 40.129.261 (19,8%) em 2022, uma queda de 12,6%.

Nos últimos anos, o modelo chileno de previdência foi objeto de estudo para outros países da América Latina. Diferente da lógica de solidariedade intergeracional, nesse sistema, a característica principal de financiamento é a individualidade. Cada segurado contribui para o seu respectivo benefício, há uma correspondência entre o custeio e o benefício. Neste caso, a aposentadoria está atrelada ao que ocorre no mercado financeiro. (ARAÚJO NETO, 2022)

Assim como o sistema de repartição simples enfrenta críticas devido às mudanças na estrutura demográfica que desafiam o princípio da solidariedade, o modelo previdenciário chileno também não está isento de controvérsias. Muitos críticos apontam para sua sensibilidade aos ciclos econômicos e para a perpetuação das desigualdades sociais.

Segundo Costa e Senna (2022), o modelo chileno de proteção social adota um sistema de capitalização individual, em que cada trabalhador contribui para sua própria aposentadoria, substituindo o sistema tradicional de "welfare state" (estado de bem-estar social). Esse modelo é caracterizado como "universalista-estratificado", pois cobre a maioria da população, mas com níveis de acesso e benefícios que variam conforme o tipo de emprego. Embora tenha semelhanças com modelos corporativistas europeus, ele apresenta limitações em termos de segurança social, como a ausência de um seguro-desemprego robusto, refletindo as particularidades econômicas e sociais do Chile e da América Latina.

Na Argentina, por exemplo, a adoção de um modelo semelhante ao chileno resultou em uma série de consequências negativas. Ao eliminar o princípio da solidariedade, houve uma redução drástica na cobertura dos trabalhadores e dos idosos, exacerbando ainda mais as desigualdades de gênero. Além disso, foram exigidas contribuições excessivas para garantir uma pensão mínima, e os aposentados ficaram sujeitos aos riscos do mercado financeiro, bem como a taxas elevadas de administração de fundos. Isso também resultou em custos substanciais para os cofres públicos durante a transição para o novo sistema (LOUREIRO, 2017).

Após um intenso debate nacional, impulsionado por diversos setores sociais, o Congresso argentino aprovou, no final de 2008, uma reforma proposta pelo governo

de Cristina Kirchner. Essa reforma eliminou o regime de capitalização individual gerido por entidades privadas, substituindo-o por um sistema único de repartição e administração pública (LEITE; ARAUJO NETO, 2023).

Portanto, Weintraub (2002) enfatiza que a principal questão previdenciária gira em torno da manutenção dos regimes de repartição. Existem diferentes correntes de pensamento sobre o futuro desses regimes. Alguns defendem a completa transição para o regime de capitalização da previdência complementar, transferindo a responsabilidade por integral para o indivíduo, tomando o modelo chileno como exemplo. Outras correntes sugerem a adoção de um sistema misto, que combina aspectos dos regimes de repartição e capitalização. Por último, há os que defendem a manutenção integral dos atuais regimes de repartição.

Essas discussões ressurgiram no Brasil após a aprovação da Emenda Constitucional 103/2019, que reformou as regras da previdência até então vigentes e introduziu um plano de transição. Jardim e Moura (2023) destacam a tentativa do ministro Paulo Guedes, durante o governo Bolsonaro, de implementar um modelo de capitalização semelhante ao chileno, embora sem sucesso na aprovação.

Dos Santos e Longo (2022) discorrem sobre as mudanças implementadas pela reforma:

**Cálculo do Benefício:** A média de todas as contribuições do segurado passou a ser considerada, sem a exclusão dos 20% menores salários.

**Requisitos para Aposentadoria:** Substituição das aposentadorias por idade e por tempo de contribuição por uma única aposentadoria com requisitos cumulativos: 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, com tempo mínimo de contribuição fixado em lei.

**Extinção da Aposentadoria por Tempo de Contribuição:** Anteriormente, era necessário cumprir 180 meses de carência e comprovar 35 anos de contribuição para homens e 30 anos para mulheres.

**Aposentadoria Rural:** Mantida para homens aos 60 anos e mulheres aos 55 anos que trabalhem em regime de economia familiar.

**Aposentadoria por Idade Urbana:** Idade mínima de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, com 20 anos de contribuição para homens e 15 anos para mulheres.

O que grande parte da população pode não saber, devido ao baixo nível de educação financeira apontado nas pesquisas mencionadas, é que a regularidade das

contribuições para a Previdência Social é fundamental para garantir o acesso a benefícios como auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. Por exemplo, profissionais com carteira assinada podem ficar até 12 meses sem contribuições mensais sem perder os benefícios, enquanto trabalhadores sem carteira assinada que contribuem de forma facultativa podem ficar até 6 meses sem contribuir.

Ademais, a informalidade no mercado de trabalho é um dos grandes desafios da economia moderna. De acordo com Henrique et al. (2023), o enfraquecimento do vínculo empregatício sob o regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) tem levado a uma situação em que, a cada dez postos de trabalho, sete são informais. Isso significa que uma parcela significativa da força de trabalho não possui registro formal e, conseqüentemente, não contribui para a previdência social.

Este trabalho não tem como objetivo determinar qual tipo de previdência ou sistema de repartição é o ideal. No entanto, considerando todos os desafios enfrentados, a Previdência Complementar surge como uma alternativa para que o contribuinte possa se planejar a longo prazo, visando seu futuro de forma mais independente das reformas da Previdência Social. Considerando as tendências apresentadas, a Previdência Complementar pode atuar como um complemento ao que o Estado oferece.

## **2.2 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO BRASIL**

Ribeiro e Gonsalves (2016) relatam que, no Brasil, a Previdência Privada surgiu muito antes da Previdência Oficial disponibilizada pelo Estado. De acordo com Weintraub (2004, p. 3), a primeira instituição dedicada à complementação da renda dos trabalhadores durante a inatividade foi o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado de São Paulo (MONGERAL), fundado em 10 de janeiro de 1835. Conforme o mesmo autor, até a instituição da Lei Eloy Chaves em 23 de janeiro de 1923, a previdência privada não tinha um caráter complementar, pois não existia uma previdência principal básica.

Pereira (2020) conduziu uma pesquisa relevante sobre os fatores que influenciam a decisão dos jovens em aderir a planos de previdência complementar patrocinados, conhecidos como previdência privada fechada (EFPC). De acordo com o autor, esses fatores podem ser classificados em três categorias: socioeconômicos, comportamentais e políticos institucionais. Os fatores socioeconômicos incluem o

nível de educação, renda e influência social. Os fatores comportamentais abrangem a visão de curto prazo, componentes emocionais, iniciativa, inércia e crenças. Já os fatores políticos institucionais referem-se às ações do governo, iniciativas das empresas e legislação vigente.

Embora haja uma escassez de literatura sobre o assunto, como destaca o autor, um tópico relevante apontado nos resultados de sua pesquisa foi a desconfiança dos indivíduos em aderir a planos de previdência complementar. Essa desconfiança, presente tanto entre aqueles que não aderem quanto entre os que já são participantes, é fundamentada no histórico de notícias sobre prejuízos e falências relacionados a esses planos.

A previdência complementar é uma alternativa atrativa para quem busca objetivos de médio e longo prazo, especialmente após a Reforma da Previdência que dificultou o acesso à aposentadoria. Esse investimento permite complementar a aposentadoria do governo ou garantir um futuro financeiro sem depender da previdência pública. O investidor contrata um plano de previdência em plataformas de investimento, bancos, corretoras ou gestoras, e faz aportes que são destinados a um fundo, onde o dinheiro rende juros ao longo do tempo (HENRIQUE et al., 2022).

Conforme destaca Coutinho (2016), no Brasil existem dois regimes de previdência privada. O primeiro é composto pelos fundos de pensão, que abrangem apenas os trabalhadores de uma determinada empresa ou grupo de empresas. Esses planos, oferecidos pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs), são restritos aos empregados dessas empresas. O segundo regime é mais acessível ao público em geral e está disponível para qualquer pessoa interessada em um plano de previdência. Esses planos são oferecidos por bancos comerciais e seguradoras e são conhecidos como Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPCs).

A seguir o Quadro 1 apresenta as principais diferenças entre a previdência complementar aberta e a previdência complementar fechada:

**Quadro 1 - Diferenças entre as Previdências Complementar Aberta e Fechada**

| PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA                                                                              | PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Com fins lucrativos                                                                                          | Sem fins lucrativos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| Aberto a qualquer pessoa física (plano individual) ou jurídica (plano empresarial)                           | Destinada apenas aos funcionários da empresa, órgão público ou associação vinculada ao fundo.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Principais produtos:<br>Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) | Principais produtos:<br>Benefício Definido: As contribuições variam conforme o valor fixo do benefício a ser recebido.<br>Contribuição Definida: O valor do benefício varia com base no montante acumulado a partir das contribuições definidas.<br>Contribuição Variável: Combina elementos dos dois tipos. Geralmente, as contribuições são definidas durante a fase de acumulação de recursos, e o benefício é definido para ser recebido até a morte. |
| Feito por bancos e seguradoras                                                                               | Criados por patrocinadores ou instituidores e geridos por fundos de pensão.<br>Patrocinador: Empresa, União, Estado, Município e autarquias.<br>Instituidor: Associações, conselhos profissionais e cooperativas.                                                                                                                                                                                                                                         |
| Fiscalizado pela Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda (SUSEP)                       | Fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |

Fonte: Porte (2021).

Exemplificando as diferenças entre os tipos de previdência complementar, temos a previdência complementar aberta e a previdência complementar fechada, cada uma com características específicas quanto à finalidade, ao público-alvo e ao tipo de gestão.

Conforme Gurgel (2023), as Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPCs) podem ser contratadas por qualquer pessoa e oferecem dois tipos de planos de previdência: VGBL e PGBL. O VGBL é indicado para investidores que optam pela declaração simplificada do Imposto de Renda, pois não oferece benefícios fiscais, mas há incidência de imposto apenas sobre os rendimentos no resgate. Já o PGBL é ideal para quem faz a declaração completa do Imposto de Renda e pode deduzir até 12% da renda tributável. Acima desse limite, essa opção não é vantajosa, pois o imposto incide sobre o valor total das contribuições. A fiscalização é realizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, que garante a segurança dos investimentos e o cumprimento das normas.



Por outro lado, a previdência complementar fechada é restrita a funcionários de uma empresa, órgão público ou associação vinculada a um fundo específico, e não tem fins lucrativos. Neste sistema, as entidades são formadas por patrocinadores, como empresas privadas, órgãos públicos e autarquias, ou por instituidores, como associações e conselhos profissionais, e a gestão é realizada por fundos de pensão. Os planos oferecidos são mais variados, com três tipos principais:

**Benefício Definido (BD):** O plano BD estabelece previamente o valor ou nível dos benefícios programados. O custeio é calculado atuarialmente para garantir a concessão e manutenção dos benefícios fixos determinados no momento da adesão ao plano. As contribuições podem variar ao longo do tempo para assegurar os benefícios, inclusive durante a aposentadoria.

**Contribuição Definida (CD):** No plano CD, a contribuição é previamente definida em termos de valor e duração. O valor dos benefícios programados é ajustado continuamente com base no saldo acumulado, considerando o resultado líquido dos investimentos, que inclui os valores aportados, os rendimentos obtidos e os benefícios já pagos. Não há risco atuarial, pois os benefícios são pagos somente enquanto houver saldo na conta.

**Contribuição Variável (CV):** Os planos CV combinam características dos planos BD e CD. Durante a fase de acumulação, funcionam como um CD, onde o participante contribui conforme previamente estipulado. Na fase de recebimento do benefício, o plano adquire características de BD, garantindo um benefício definido.

Assim, a diferença entre a previdência aberta e a fechada se baseia na forma de acesso, na estrutura dos produtos e na instituição fiscalizadora, permitindo que cada participante escolha a modalidade que mais se adapta ao seu perfil e necessidade de proteção futura.

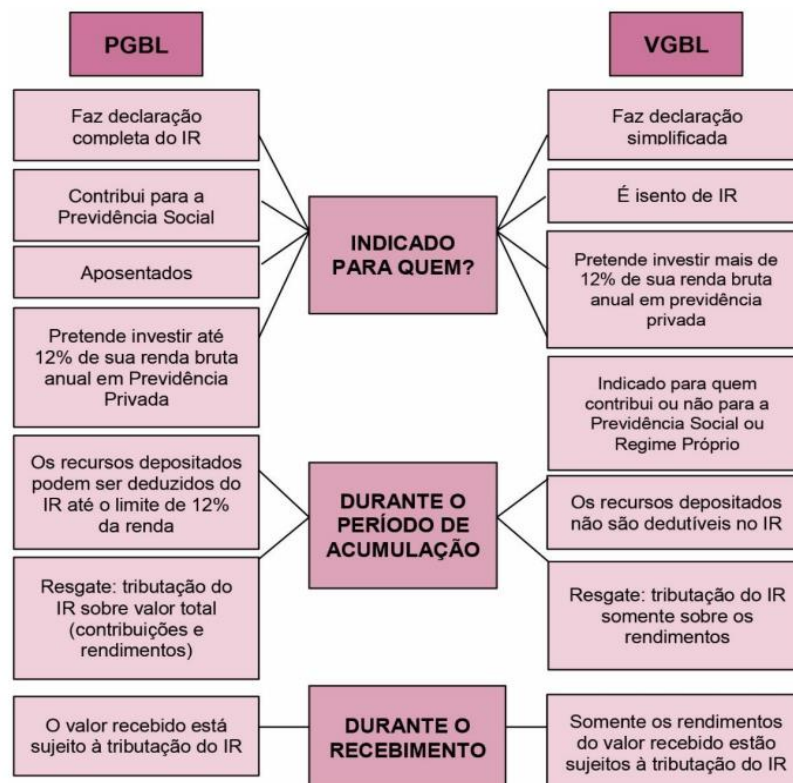
Os fundos de previdência são oferecidos por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela CVM e Anbima. A previdência complementar tem regras que protegem os investidores, com uma estrutura que inclui gestora, administradora, seguradora e custodiante. Se uma gestora quebrar, por exemplo, a administradora pode transferir os recursos para outra gestora sem prejuízos aos investidores. Isso faz da previdência complementar uma das melhores opções para não depender da previdência pública, que enfrenta dificuldades em manter os mesmos valores de pagamento enquanto o custo de vida aumenta (HENRIQUE; ROCHA; SAPORITO, SILVA, 2023).

Além disso, a previdência pode servir como um excelente instrumento de sucessão patrimonial. Junior (2020) explica que as reservas constituídas em planos de previdência privada não são consideradas parte do patrimônio transmissível aos herdeiros. Portanto, esses valores não precisam passar por inventário e podem ser liberados aos beneficiários em um prazo relativamente curto, que varia de 48 horas a 30 dias, dependendo da instituição financeira. Isso elimina custos com advogados, processos judiciais ou procedimentos extrajudiciais associados à herança.

As reservas de previdência privada não entram na partilha da herança, não sendo, portanto, base para cálculo do Imposto de transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), imposto que varia de 2% a 8% nos estados brasileiros. Outra vantagem é a possibilidade de o titular do plano escolher previamente os beneficiários, sejam da família ou não, determinando quantos e qual percentual cada um receberá, podendo modificar essa escolha a qualquer momento junto à instituição de previdência privada. (JUNIOR, 2020)

É importante compreender as diferenças entre previdência aberta e fechada, além de aprofundar-se nas modalidades PGBL e VGBL. A Figura 2 ilustra essas distinções.

**.Figura 2- Diferenças dos planos PGBL e VGBL**



Fonte: Bissoli (2022)

Carvalho (2017) explica que os planos de previdência PGBL e VGBL atendem a perfis distintos de investidores, especialmente em relação ao benefício fiscal. O PGBL é ideal para quem utiliza a Declaração Completa do Imposto de Renda, contribui para o Regime Geral de Previdência Social ou regime próprio, e deseja aproveitar a dedução de até 12% da renda bruta anual na base de cálculo do IR. Já o VGBL é recomendado para quem faz a Declaração Simplificada, é isento de IR ou deseja investir mais de 12% da renda anual. Nesta modalidade, os valores aplicados não são dedutíveis na fase de acumulação, mas no resgate ou recebimento, a tributação incide somente sobre os rendimentos, não sobre o montante aportado.

Portanto, como afirma De França (2017), considerando os produtos de Previdência privada PGBL e VGBL. Sabe-se que as contribuições ao PGBL são dedutíveis do imposto de renda até 12% de sua renda, e a tributação ocorrerá no resgate pelo montante. Já no VGBL não é possível deduzir as contribuições, mas a tributação ocorre apenas sobre o rendimento quando no resgate.

## **2.3 ESCOLHA DE FUNDO DE PREVIDÊNCIA**

Além da escolha do PGBL e VGBL, existem outras variáveis que são importantes na hora de escolher uma previdência. Sampaio (2017), enfatiza que "a escolha de um fundo de previdência deve ser pautada por uma análise criteriosa de fatores como rentabilidade, custos, riscos e o perfil do investidor". Ele ressalta que, sem uma avaliação cuidadosa desses aspectos, a previdência privada pode não alcançar os objetivos de longo prazo desejados, colocando em risco a estabilidade financeira planejada para a aposentadoria.

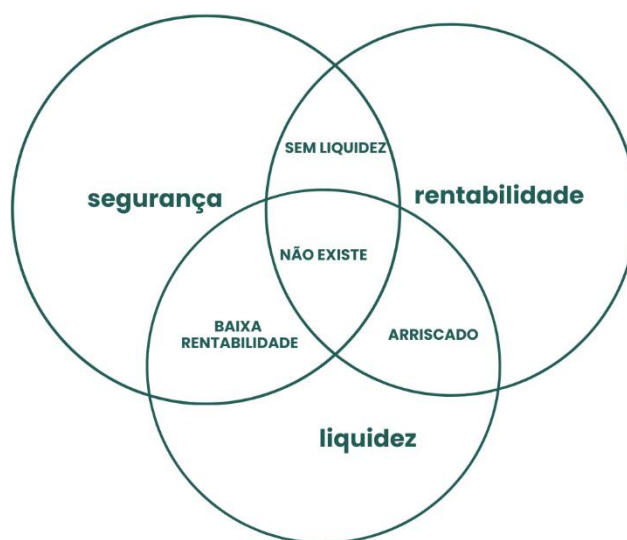
Portanto, diante da complexidade de critérios para analisar a escolha de um fundo de previdência, este tópico está dividido em subtópicos, sendo eles: termos do mercado financeiro, perfil de investidor, classificação dos fundos de investimentos, tributação progressiva ou regressiva, taxas e tipos de risco.

### **2.3.1 TERMOS DO MERCADO FINANCEIRO**

De Mello et al. (2015) explica que diversas obras apontam um conflito entre rentabilidade e liquidez, onde uma maior liquidez geralmente implica em menor rentabilidade. Esse cenário coloca os administradores diante do dilema de priorizar

um desses indicadores em detrimento do outro. Quanto maior for a manutenção de liquidez, menor tende a ser a rentabilidade dos recursos, pois a segurança proporcionada por uma liquidez elevada acarreta um custo de oportunidade. Em condições econômicas normais, o aumento na proporção de ativos circulantes em relação aos ativos totais tende a reduzir o retorno da empresa, já que ativos de longo prazo geralmente oferecem rentabilidade superior aos de curto prazo. Conforme pode ser observado no tripé de investimentos (Figura 3).

**Figura 3 - Tripé de investimentos**



Fonte: Elaborado pela autora

Portanto, é importante compreender alguns termos do mercado financeiro. Segundo Silva et al. (2022), "liquidez" refere-se à rapidez com que um ativo pode ser convertido em dinheiro; quanto mais fácil for resgatá-lo, maior será sua liquidez. "Rentabilidade" é o retorno do investimento, enquanto "risco" é a possibilidade de perdas (variabilidade do retorno); quanto menor a segurança, maior a probabilidade de perdas. Os objetivos e preferências do investidor em relação à liquidez, expectativa de rentabilidade e disposição para assumir riscos resultam em diferentes perfis de investidores: conservador, moderado e agressivo.

### 2.3.2 PERFIL DE INVESTIDOR

Cerezer (2017), destaca que a análise do perfil do investidor é realizada por meio de questionários obrigatórios que investidores devem preencher ao buscar suporte de instituições financeiras. Esses questionários têm como objetivo identificar se o perfil do investidor é conservador, moderado ou agressivo, categorização que facilita a recomendação de investimentos mais alinhados com o comportamento e a tolerância ao risco do investidor. Cada perfil apresenta uma combinação específica de características, como níveis de risco e liquidez, que orientam a alocação de recursos de acordo com as necessidades e preferências individuais, contribuindo para uma tomada de decisão mais informada e estratégica.

Conforme o Portal do Investidor (2017), os perfis abaixo refletem melhor a propensão a riscos:

**Conservador** – tipo de investidor que privilegia a segurança em seus investimentos, fazendo todo o possível para diminuir o risco de perdas, para isso, aceitam até uma rentabilidade menor, desde que estejam menos expostos aos riscos de perdas.

**Moderado** – investidor que procura um equilíbrio entre segurança e rentabilidade e está disposto a correr um certo risco para que o seu dinheiro renda um pouco mais do que as aplicações mais seguras.

**Arrojado** – investidor que privilegia a rentabilidade e é capaz de expor seus investimentos a grandes riscos para que estes tenham a maior rentabilidade possível.

Quando se trata de previdência, é necessário escolher um fundo de investimento para aplicar os recursos. Cerezer (2017) aponta que o investidor de perfil conservador evita riscos e não realiza investimentos em renda variável. Por outro lado, o investidor de perfil moderado busca diversificação em seus investimentos, assumindo um nível moderado de risco. Já o investidor de perfil agressivo aloca a maior parte de seus recursos em renda variável, assumindo maiores riscos em troca de um potencial de retorno mais elevado."

### 2.3.3 CLASSIFICAÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Conforme abordado por Marocke (2024), os fundos de investimento desempenham um papel fundamental para os investidores e para a economia de um país, ao gerenciarem grandes volumes de recursos, aumentarem a liquidez nos mercados financeiros e promoverem maior transparência corporativa. Fonseca et al. (2007) diz que “Eles permitem que os pequenos investidores tenham acesso a melhores condições de mercado, menores custos e contem com administração profissional. Além disso, tornam possível a diversificação dos investimentos através da aplicação em suas diferentes classes, visando diluir o risco e aumentar o potencial de retorno.”

Segundo Gurgel (2023), os fundos previdenciários se dividem da seguinte forma:

Os fundos de Renda Fixa investem em instrumentos de renda fixa como títulos públicos, debêntures, CDBs e papéis emitidos no exterior. Eles são classificados de acordo com a duração média dos ativos em suas carteiras, podendo ser de duração baixa, média, alta, livre ou data-alvo. Contabilmente, são agrupados em categorias como Fundos Previdência Soberanos (100% em títulos públicos federais), Grau de Investimento (80% em títulos de baixo risco) e Crédito Livre (mais de 20% em ativos de médio e alto risco).

Fundos Balanceados buscam resultados no longo prazo alocando recursos em renda fixa, ações ou câmbio, com subcategorias definidas pelo percentual de renda variável permitido, como 15%, 15-30%, 30-49% e acima de 49%. A escolha da faixa mais adequada depende do tipo e idade do investidor.

Fundos Multimercado se dividem em Multimercado e Multimercados Livres. Os primeiros investem em ativos atrelados a juros, índices de preços e moedas estrangeiras, sem aplicar em renda variável ou commodities. Os Multimercados Livres podem investir em qualquer classe de ativos, conforme as limitações da CVM.

Fundos de Ações devem, por lei, investir no mínimo 67% do patrimônio em ações e outros ativos relacionados, como bônus de subscrição e cotas de fundos de ações. Eles podem também seguir uma estratégia de indexação, baseada em indicadores de referência do mercado de ações.

### 2.3.4 TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA E REGRESSIVA

A previdência privada ou complementar, além de complementar a aposentadoria, pode ser utilizada para outras finalidades. Uma dessas finalidades é a diversificação de investimentos com vantagem tributária. Esses planos permitem ao investidor trocar periodicamente o fundo onde os recursos estão investidos sem pagar imposto de renda a cada alteração, diferentemente do que ocorre nos fundos de investimentos ou em outras modalidades de investimento. Além disso, existe a opção de escolher o regime de tributação regressiva definitiva, no qual a alíquota do IR pode ser reduzida para 10% após a permanência no plano por mais de 10 anos. (BURDA, 2011)

Ou seja, caso o perfil do investidor mude ao longo do tempo, ele pode alterar sua estratégia de investimento sem incorrer em impostos a cada mudança. Além disso, a previdência privada permite alcançar a menor alíquota de IR entre os ativos tributáveis. No entanto, é importante entender qual alíquota optar no plano previdenciário: progressiva ou regressiva.

Para entender melhor, a Figura 1 apresenta a tabela regressiva.

**Tabela 1- Tabela regressiva do investidor pessoa física para previdência complementar**

| PRAZO DE ACUMULAÇÃO         | ALÍQUOTAS DE IMPOSTO DE RENDA |
|-----------------------------|-------------------------------|
| Até 2 anos                  | 35%                           |
| Acima de 2 anos até 4 anos  | 30%                           |
| Acima de 4 anos até 6 anos  | 25%                           |
| Acima de 6 anos até 8 anos  | 20%                           |
| Acima de 8 anos até 10 anos | 15%                           |
| Acima de 10 anos            | 10%                           |

Fonte: Adaptação Caixa seguradora, 2017

Alíquotas Regressivas - Tributação Definitiva: Esta opção é irrevogável e definitiva. Nesse modelo, os valores pagos aos participantes em resgates ou

benefícios são sujeitos a IR exclusivamente na fonte, com alíquotas regressivas que diminuem com o tempo de permanência no plano, reduzindo 5% a cada 2 anos até chegar a 10% após 10 anos, incentivando o investimento de longo prazo (CARVALHO, 2017).

Em seguida, a Tabela 2 apresenta a tabela progressiva.

**Tabela 2 - Tabela progressiva para pessoa física em previdência complementar**

| Base de cálculo                  | Alíquota | Dedução    |
|----------------------------------|----------|------------|
| Até R\$ 2.259,20                 | -        | -          |
| De R\$ 2.259,21 até R\$ 2.826,65 | 7,50%    | R\$ 169,44 |
| De R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05 | 15,00%   | R\$ 381,44 |
| De R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68 | 22,50%   | R\$ 662,77 |
| Acima de R\$ 4.664,68            | 27,50%   | R\$ 896,00 |

Fonte: Receita federal

Alíquotas Progressivas: Neste modelo, os valores pagos aos participantes em resgates ou benefícios são sujeitos a IR na fonte, com posterior ajuste na Declaração Anual de IR. A alíquota de 15% aplicada nos resgates é uma antecipação do imposto devido, o qual pode variar de acordo com a alíquota de imposto de renda do investidor pessoa física. Na declaração anual, o cliente pode complementar ou ser restituído do imposto pago. No pagamento de benefícios, os valores seguem a tabela progressiva da Receita Federal vigente (CARVALHO, 2017).

Portanto, o regime de tributação progressivo é recomendado para objetivos de curto prazo, especialmente para contribuintes isentos de imposto de renda ou próximos da aposentadoria, além de ser indicado para aqueles com rendas que não ultrapassem a alíquota de 7,5%. A tabela progressiva aplicada é a mesma utilizada na tributação mensal dos salários e varia conforme o valor do benefício mensal ou do capital a ser resgatado no caso do PGBL, ou dos rendimentos no caso do VGBL (BISOLLI, 2022).

Por outro lado, o regime de tributação regressivo é mais adequado para investidores com perspectiva de longo prazo, pois as alíquotas do Imposto de Renda diminuem conforme o tempo de investimento. Nesse regime, a tributação é definitiva, não havendo ajustes posteriores após o momento do resgate (BISOLLI, 2022).



A escolha entre o regime de tributação progressivo e regressivo depende dos objetivos e do horizonte de investimento do contribuinte. O regime progressivo é mais vantajoso para quem planeja resgatar os recursos no curto prazo e para aqueles com menores rendimentos, enquanto o regime regressivo favorece investidores de longo prazo, devido à redução gradual das alíquotas. Portanto, é essencial que o investidor avalie seu perfil financeiro e seus objetivos de aposentadoria para escolher o regime de tributação mais adequado, garantindo que as expectativas de rentabilidade e tributação sejam atendidas de forma eficiente.

### **2.3.5 TAXAS**

É importante compreender as taxas envolvidas na previdência, além do Imposto de Renda. Burda (2011) explica que a taxa de administração é um percentual aplicado sobre o patrimônio líquido do fundo previdenciário e é deduzida da rentabilidade bruta, representando a remuneração do administrador do fundo. Portanto, as rentabilidades divulgadas já são líquidas dessa taxa. As taxas de administração variam de 1,5% a 2%, dependendo do volume de aplicação e do tipo de fundo.

A taxa de carregamento pode ser aplicada para atender despesas administrativas e de comercialização do plano. Existem três formas de cobrança dessa taxa: (i) Antecipada, onde a cobrança ocorre no momento do aporte, ou seja, na aplicação do recurso; (ii) Postecipada, onde a cobrança ocorre somente em caso de portabilidade ou resgates, isto é, apenas quando os recursos são retirados; e (iii) Híbrida, onde a cobrança ocorre tanto na entrada (no ingresso de aportes ao plano) quanto na saída (na ocorrência de resgates e portabilidades), ou seja, sempre que houver movimentações financeiras no plano de previdência privada (CARVALHO, 2017).

A taxa de performance é cobrada pelo fundo onde os recursos dos investidores são aplicados. Essa taxa é aplicada quando o fundo apresenta uma rentabilidade superior ao benchmark previamente acordado. Ou seja, se o fundo exceder a performance esperada ou o índice de referência estabelecido, a taxa de performance será cobrada como uma forma de remuneração adicional ao gestor pelo desempenho superior. Esta taxa visa alinhar os interesses do gestor com os dos investidores, incentivando a busca por resultados acima da média do mercado (SOUZA, 2022).

### 2.3.6 TIPOS DE RISCO

Sarti et al. (2020) destacam que avaliar os riscos dos produtos de investimento é essencial para uma tomada de decisão mais informada. O risco surge quando há informações sobre decisões passadas, mas os resultados futuros permanecem incertos e sujeitos a mudanças. Ele é um fator crítico que influencia as escolhas de investimento, tornando a análise de risco uma técnica fundamental. Essa análise considera a incerteza em relação ao futuro e a possibilidade de ganhos ou perdas na aplicação.

O risco de liquidez refere-se à capacidade de uma instituição ou fundo de cumprir suas obrigações financeiras de curto prazo de maneira eficiente e oportuna. Envolve a possibilidade de enfrentar dificuldades em vender ativos a preço de mercado ou em obter recursos suficientes para honrar compromissos financeiros. A gestão desse risco visa garantir que os fluxos de pagamentos sejam adequadamente planejados, priorizando ativos mais líquidos à medida que se aproximam os prazos de vencimento das obrigações. É crucial para fundos de pensão e instituições financeiras assegurar uma alocação adequada de recursos e adotar práticas transparentes e seguras de gestão financeira para evitar a insuficiência de recursos no momento devido (GUIOTTI; COSTA; BOTELHO, 2020).

O risco de mercado, conforme definido pela PREVIC, refere-se a movimentos imprevistos na taxa de juros, na inflação, no índice de reajuste de benefícios e na variação dos preços dos ativos, os quais podem impactar o desempenho econômico-financeiro dos planos de benefícios. No Guia de Melhores Práticas Atuariais, a autarquia enfatiza a importância de realizar estudos econômicos e projetar diferentes cenários para monitorar esse risco. Os resultados desses estudos devem ser considerados na formulação das políticas de investimento dos planos e na definição da taxa real de juros utilizada nas avaliações atuariais (FACHINA, 2022).

Segundo Nascimento (2012), o risco operacional se refere à possibilidade de perdas devido a falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, nos sistemas, nas pessoas ou devido a eventos externos. Isso inclui desde erros humanos e falhas de gerenciamento até problemas em sistemas e controles internos, podendo resultar em impactos financeiros adversos para a empresa.

## 2.4 CONHECIMENTO FINANCEIRO

Em 2023, Lusardi e Mitchell apontaram que o conhecimento financeiro é uma forma de "investimento em capital humano", o que influencia diretamente as capacidades financeiras e o planejamento de longo prazo das pessoas. O conhecimento financeiro pode ser entendido como o entendimento básico de conceitos financeiros e a capacidade de aplicar habilidades numéricas em contextos financeiros, sendo que esse conhecimento permite que os indivíduos gerenciem suas finanças pessoais, comparem produtos e serviços financeiros para tomar decisões apropriadas e bem-informadas, além de reagirem a eventos que possam impactar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2023). Panjaitan et. al (2022), enfatiza que o conhecimento financeiro de cada indivíduo varia em profundidade. Eles destacam que o conhecimento financeiro abrange uma ampla gama de habilidades e informações, que podem ser medidas em diversas dimensões, como:

1. **Taxas de juros, custos financeiros e crédito** – noções fundamentais que ajudam na compreensão do custo de empréstimos e financiamentos.
2. **Taxas de juros de crédito e dados de crédito** – uma dimensão que envolve o entendimento de como as taxas variam e afetam o custo efetivo de operações de crédito.
3. **Gestão financeira** – capacidade de controlar e planejar finanças pessoais, importante para a organização de orçamentos e o controle de despesas.
4. **Investimento** – compreensão das oportunidades de investimento, como previdência privada, permitindo decisões mais informadas sobre o futuro financeiro.
5. **Relatórios de crédito** – conhecimento sobre o que é registrado em relatórios de crédito, um componente essencial para manter um bom histórico e garantir melhores condições de financiamento.

A pesquisa de Howlett et al. (2008) traz insights importantes que podem fortalecer a discussão sobre a relevância do planejamento e do conhecimento financeiro na escolha por investimentos em previdência privada. Eles apontam que indivíduos com uma orientação maior para as consequências futuras têm uma tendência maior a investir em produtos de previdência, como o fundo 401(k) nos Estados Unidos, que oferece benefícios fiscais até o momento de retirada.

Esse dado pode ser relacionado ao comportamento dos brasileiros em relação à previdência privada. Assim como no caso dos participantes do 401(k), o conhecimento financeiro aqui é um fator crítico para que as pessoas compreendam os benefícios de longo prazo desses produtos, como os incentivos fiscais, a possibilidade de complementação de renda na aposentadoria, e os diferentes tipos de fundos oferecidos (como PGBL e VGBL).

Da Silva et al. (2023) aponta que as pesquisadoras Lusardi e Mitchell, desenvolveram em 2008, o teste “Big Three”, um questionário com apenas 3 perguntas sobre juros, inflação e poder de compra que é capaz de medir o conhecimento financeiro dos respondentes de maneira simples.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1 TIPO DE PESQUISA**

Este estudo adota uma abordagem descritiva, escolhida para proporcionar uma compreensão detalhada das percepções e comportamentos dos indivíduos em relação à previdência complementar sem interferir ou modificar a realidade observada. Segundo Vieira (2002), a pesquisa descritiva visa conhecer e interpretar a realidade, concentrando-se em observar, descrever, classificar e interpretar fenômenos, podendo explorar as relações entre variáveis. Ela descreve características de populações ou fenômenos sem a obrigação de explicá-los, mas fornece uma base para explicações futuras. Normalmente, utiliza amostras grandes e representativas, com o levantamento como método básico.

Esta pesquisa também se classifica como quantitativa. A pesquisa quantitativa permite a mensuração e análise estatística dos dados coletados, visando à objetividade e precisão nos resultados. Seus métodos são usados para medir opiniões, reações, sensações, hábitos e atitudes de um público-alvo por meio de uma amostra estatisticamente representativa. Embora focada na quantificação, a pesquisa quantitativa pode incluir indicadores qualitativos, se o estudo permitir (Manzato, 2012).

#### **3.2 INSTRUMENTO DE PESQUISA**

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado, elaborado com base na revisão da literatura e em estudos anteriores sobre previdência complementar e conhecimento financeiro. O questionário foi dividido em três blocos: o primeiro bloco analisou o perfil dos respondentes com variáveis como gênero, idade, estado civil, entre outras. O segundo bloco avaliou o conhecimento dos indivíduos sobre a previdência social, o terceiro bloco focou na previdência complementar e o quarto bloco no conhecimento financeiro e nos conhecimentos para analisar e escolher um fundo previdenciário. A aplicação do questionário ocorreu de forma online, no período de agosto de 2024 a outubro de 2024. O Quadro 2 apresenta o resumo do instrumento de coleta de dados.

**Quadro 2 - Resumo do instrumento de coleta de dados**

| Bloco                                                                                                                                                                                                               | Questões   | Base teórica                               |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|--------------------------------------------|
| Bloco 1 - Perguntas de perfil                                                                                                                                                                                       | Da 1 a 7   | Elaboradas pela autora                     |
| Bloco 2 - Avaliar o entendimento dos residentes de Florianópolis acerca da atual situação da previdência social, incluindo suas perspectivas sobre a sustentabilidade e eficácia do sistema previdenciário público. | Da 8 a 11  | Slongo (2007); Da Silva (2019)             |
| Bloco 3 - Analisar o grau de adesão dos indivíduos residentes em Florianópolis aos planos de previdência complementar, considerando diversos perfis socioeconômicos.                                                | Da 12 a 15 | Da Silva (2019);<br>Elaboradas pela autora |
| Bloco 4 - Investigar o nível de conhecimento dos respondentes sobre os critérios e indicadores utilizados na análise e escolha de um fundo previdenciário                                                           | Da 16 a 20 | Elaboradas pela autora                     |
| Bloco 5 - Investigar o nível do conhecimento financeiro dos respondentes                                                                                                                                            | Da 21 a 24 | Lusardi e Mitchell (2008;2023)             |

Fonte: Elaborado pela autora.

### 3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população alvo deste estudo é composta por indivíduos residentes na Grande Florianópolis. Os critérios de inclusão são a residência em Florianópolis e idade igual ou superior a 18 anos. A escolha da amostra visa captar uma diversidade de perfis socioeconômicos para enriquecer a análise.

A Região Metropolitana de Florianópolis é composta por nove municípios: Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara. Juntos, esses municípios formam uma área total de 2.174,809 km<sup>2</sup> e abrigam uma população de 1.174.809 habitantes (IBGE, 2022).

Portanto, considerando o tamanho da população-alvo, foi utilizado o processo de amostragem. Este processo permite a seleção de um número adequado de indivíduos, possibilitando generalizações confiáveis e reduzindo o número de entrevistados, conforme proposto por Mattar (2005). Nesse contexto, adotou-se a metodologia proposta por Martins (2011) para calcular o tamanho da amostra, cuja estimativa é formulada na Equação 1.

$$n = \frac{(z_g^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot N)}{e^2(N-1) + z_g^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q}}$$

Em que:

n = tamanho da amostra;

z<sub>g</sub> = abscissa da distribuição normal padrão, fixado um nível de confiança g;

p = estimativa da proporção p;

q = 1 - p;

N = tamanho da população;

e = erro amostral (máxima diferença permitida entre p e p).

No processo de amostragem, foi estabelecido um erro amostral de 6%, com um nível de confiança de 95%, em uma população finita de 1.174.809 indivíduos, correspondente ao número total de residentes na região selecionada para este estudo. Conseqüentemente, a amostra consistiu em no mínimo 267 indivíduos, distribuídos por conveniência entre os municípios da Região Metropolitana de Florianópolis.

### 3.4 ANÁLISE DE DADOS

Após a coleta dos dados, foi realizada uma análise com o objetivo de organizá-los e fornecer respostas ao problema de pesquisa. Para a análise técnica dos dados obtidos a partir dos questionários, utilizou-se o apoio de softwares como Microsoft Excel e Statistical Package for Social Sciences (SPSS).

Com o SPSS, foram processadas variáveis como localidade, gênero, idade, estado civil, nível de escolaridade, ocupação profissional e renda média mensal própria. Isso permitiu gerar análises estatísticas de frequência e percentual para as respostas de múltipla escolha, possibilitando a identificação do perfil predominante entre os participantes da pesquisa.

Após a caracterização do perfil dos respondentes, foram elaboradas estatísticas descritivas de frequência e percentual para analisar as respostas dos blocos 2, 3 e 4 do questionário. Em seguida, aplicaram-se testes estatísticos para identificar associações significativas entre variáveis. Utilizou-se o teste Qui-quadrado de Pearson, que verifica a independência entre variáveis categóricas, enquanto o coeficiente V de Cramer foi empregado para mensurar a intensidade da associação

entre essas variáveis (Field, 2009). Esses testes permitiram analisar diferenças entre o perfil de investimento (conservador, moderado e arrojado), gênero, estado civil, escolaridade e renda própria, considerando a posse ou não de plano de previdência complementar.

A análise dos testes Qui-quadrado de Pearson e V de Cramer envolve etapas específicas. O Qui-quadrado de Pearson verifica a independência entre variáveis categóricas ao comparar as frequências observadas com as esperadas, sendo que valores de significância (p-valor) inferiores a 0,05 indicam associação significativa. O coeficiente V de Cramer é aplicado a tabelas maiores que 2x2, oferecendo uma medida padronizada da intensidade da relação, variando de 0 (nenhuma associação) a 1 (associação perfeita) (Field, 2009).



## 4. RESULTADOS

Este capítulo busca analisar os resultados obtidos com o questionário aplicado, organizado em cinco seções para facilitar a interpretação dos dados. A primeira seção examina o perfil dos participantes, incluindo aspectos socioeconômicos e demográficos; a segunda avalia o nível de conhecimento dos respondentes sobre a previdência social; a terceira explora o entendimento deles sobre a previdência complementar; a quarta analisa o conhecimento previdenciário em geral; e a quinta aborda conhecimentos financeiros dos participantes.

O processo de coleta de dados online resultou na captação de 347 instrumentos válidos, sendo os questionários que possuíam erros de preenchimento ou excesso de questões não respondidas foram eliminados. As análises referentes a esses dados são apresentadas nas seções a seguir.

### 4.1 ANÁLISE DE PERFIL SOCIOECONÔMICO E DEMOGRÁFICO

Para realizar a análise das variáveis referentes ao perfil socioeconômico e demográfico, utilizou-se a estatística descritiva, considerando a frequência e o percentual válido em cada questão. Os resultados estão expressos na Tabela 3.

**Tabela 3 - Perfil socioeconômico e demográfico dos respondentes**

| Variável           | Alternativas                  | Frequência | Percentual |
|--------------------|-------------------------------|------------|------------|
| Q1. Cidade         | Florianópolis                 | 224        | 64,6%      |
|                    | São José                      | 61         | 17,6%      |
|                    | Biguaçu                       | 29         | 8,4%       |
|                    | Palhoça                       | 21         | 6,1%       |
|                    | Santo Amaro                   | 2          | 0,6%       |
|                    | Outra região de Florianópolis | 10         | 2,9%       |
| Q2. Faixa de idade | Até 21 anos                   | 90         | 25,9%      |
|                    | De 22 a 25 anos               | 94         | 27,1%      |
|                    | De 26 a 32 anos               | 82         | 23,6%      |
|                    | Mais de 32 anos               | 81         | 23,3%      |

|                                |                                                   |                          |       |
|--------------------------------|---------------------------------------------------|--------------------------|-------|
| Q3. Gênero                     | Feminino                                          | 165                      | 47,6% |
|                                | Masculino                                         | 181                      | 52,2% |
|                                | Outro                                             | 1                        | 0,2%  |
| Q4. Estado civil               | Solteiro                                          | 275                      | 79,3% |
|                                | Casado                                            | 63                       | 18,2% |
|                                | Viúvo                                             | 2                        | 0,6%  |
|                                | Divorciado                                        | 7                        | 2,0%  |
|                                |                                                   |                          |       |
| Q5. Maior grau de instrução    | Ensino fundamental                                | 4                        | 1,2%  |
|                                | Ensino médio                                      | 163                      | 4,7%  |
|                                | Ensino superior                                   | 106                      | 30,5% |
|                                | Pós-graduação/MBA                                 | 55                       | 15,9% |
|                                | Mestrado                                          | 14                       | 4%    |
|                                | Doutorado                                         | 5                        | 1,4%  |
| Q6. Ocupação profissional      | Assalariado (a) com carteira de trabalho assinada | 106                      | 30,5% |
|                                | Assalariado (a) sem carteira de trabalho          | 56                       | 16,1% |
|                                | Funcionário(a) público(a)                         | 22                       | 6,3%  |
|                                | Autônomo regular                                  | 41                       | 11,8% |
|                                | Empresário(a)                                     | 32                       | 9,2%  |
|                                | Freelancer/trabalho informal                      | 6                        | 1,7%  |
|                                | Bolsista                                          | 36                       | 10,4% |
|                                | Do lar                                            | 0                        | 0%    |
|                                | Só aposentado                                     | 6                        | 1,7%  |
|                                | Só estudante                                      | 37                       | 10,7% |
|                                | Desempregado(a) (procurando emprego)              | 4                        | 1,2%  |
|                                | Desempregado(a) (não procuro emprego)             | 1                        | 0,3%  |
|                                | Q7. Renda mensal própria                          | Não possui renda própria | 30    |
| Até R\$ 1.412,00               |                                                   | 50                       | 14,4% |
| De R\$ 1.412,01 a R\$ 4.236,00 |                                                   | 131                      | 37,8% |
| De R\$ 4.236,01 a R\$ 8.472,00 |                                                   | 73                       | 21,0% |
| De R\$ 8.472,01 a 12.708,00    |                                                   | 33                       | 9,5%  |
| De 12.708,01 a 16.944,00       |                                                   | 14                       | 4,0%  |
| Mais de 16.944,00              | 16                                                | 4,6%                     |       |

|                          |             |     |       |
|--------------------------|-------------|-----|-------|
| Q8. Perfil de investidor | Conservador | 134 | 38,6% |
|                          | Moderado    | 99  | 28,5% |
|                          | Arrojado    | 43  | 12,4% |
|                          | Não sei     | 71  | 20,5% |

Fonte: Elaborado pela autora

A análise dos dados da Tabela 1 revela que a maior parte dos participantes reside em Florianópolis (64,6%), seguida por São José, com 17,6% dos respondentes. As demais localidades incluem Biguaçu (8,4%), Palhoça (6,1%), Santo Amaro (0,6%) e outras regiões da Grande Florianópolis (2,9%). Em relação ao gênero, a pesquisa mostrou uma distribuição equilibrada, com 52,2% de respondentes masculinos e 47,6% femininos. Quanto à faixa etária, os participantes foram distribuídos em quatro quartis: até 21 anos (25,9%), de 22 a 25 anos (27,1%), de 26 a 32 anos (23,6%) e 32 anos ou mais (23,3%). Com relação ao estado civil, verifica-se que a maioria é solteira (79,3%), enquanto 18,2% são casados; viúvos e divorciados representam apenas 0,6% e 2,0%, respectivamente.

Entre os entrevistados, o nível de escolaridade predominante é o ensino médio, concluído por 47% dos respondentes, seguido pelo ensino superior completo (30,5%) e pela pós-graduação/MBA (15,9%). Em proporções menores, 4,0% possuem mestrado, enquanto apenas 1,4% concluíram o doutorado e 1,2% têm apenas o ensino fundamental. Quanto à ocupação profissional, observa-se que 30,5% dos participantes são assalariados com carteira assinada, seguidos por 16,1% que trabalham sem carteira e 11,8% que atuam como autônomos. Outros grupos incluem 10,7% que são exclusivamente estudantes e 10,4% que são bolsistas. Empresários representam 9,2% dos entrevistados, enquanto freelancers/trabalhadores informais e aposentados somam 1,7% cada. A menor representatividade está entre os desempregados, com 1,5% no total.

Em relação à renda mensal própria, observa-se que a maioria dos respondentes (37,8%) possui rendimentos entre R\$1.412,01 e R\$4.236,00, enquanto 21,0% têm renda entre R\$4.236,01 e R\$8.472,00. Uma parcela de 14,4% recebe até R\$1.412,00 e 8,6% não possuem renda própria. Rendas mais altas são menos comuns: 9,5% ganham entre R\$ 8.472,01 e R\$ 12.708,00, 4,0% entre R\$ 12.708,01 e R\$ 16.944,00, e apenas 4,6% recebem mais de R\$ 16.944,00.

Após a análise do perfil socioeconômico e demográfico, analisou-se o perfil do investidor dos respondentes desta pesquisa. Com os dados apresentados, observa-

se que a maioria dos investidores se classifica como conservadora, representando 38,6%, seguida por 28,5% que se consideram moderados. Apenas 12,4% se identificam como arrojados. No entanto, o que realmente se destaca é o expressivo índice de 20,5% de pessoas que não conseguem determinar seu perfil de investimento, evidenciando uma lacuna que merece atenção e orientação.

Uma hipótese é que, na ausência da opção “não sei” para a pergunta “qual o seu perfil de investidor?”, os respondentes tenderiam a se identificar como conservadores. Saccol e Pieniz (2018) explicam que o perfil conservador predomina entre os investidores brasileiros, marcado pela baixa alocação de recursos e pela aversão ao risco, o que geralmente resulta em retornos financeiros mais modestos. Os autores ainda apontam que essa postura conservadora está associada à falta de conhecimento sobre investimentos e à compreensão limitada do mercado financeiro.

Após a análise do perfil dos respondentes, considerando variáveis socioeconômicas e demográficas, bem como aspectos relacionados à gestão de recursos, o próximo foco será avaliar o nível de conhecimento dos participantes sobre a previdência social. A seguir, apresentaremos as dimensões que norteiam essa análise.

## 4.2 ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Considerando que o objetivo da pesquisa é avaliar o entendimento acerca da atual situação da previdência social, avançamos para a análise do conhecimento dos respondentes sobre o tema, conforme apresentado na Tabela 4 a seguir.

**Tabela 4 - Conhecimento sobre a previdência social**

| Variável                     | Alternativas                                                                                                                                                  | Frequência | Percentual |
|------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
| Q9. Você contribui com INSS? | Sim                                                                                                                                                           | 167        | 48,1%      |
|                              | Não                                                                                                                                                           | 180        | 51,9%      |
|                              | Eu confio plenamente na saúde financeira do INSS e acredito que ele será capaz de me proporcionar uma aposentadoria digna, mantendo meu padrão de vida atual. | 15         | 4,3%       |

|                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                                     |            |       |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-------|
| Q10. Considerando o estado atual e as perspectivas futuras da Previdência Oficial – INSS, como você avalia a sua situação e suas ações em relação à sua aposentadoria? | Estou preocupado com a situação da Previdência Oficial e, em resposta a essa preocupação, já contratei um plano de previdência privada para garantir uma aposentadoria mais segura. | 52         | 15%   |
|                                                                                                                                                                        | Estou preocupado com a situação da Previdência Oficial, mas ainda não contratei nenhum plano de previdência privada para complementar minha aposentadoria.                          | 238        | 68,6% |
|                                                                                                                                                                        | Eu desconheço a atual situação fiscal e financeira da Previdência Oficial, mas já contratei um plano de previdência privada como uma medida preventiva.                             | 33         | 9,50% |
|                                                                                                                                                                        | Recuso-me a responder                                                                                                                                                               | 9          | 2,50% |
| Q11. Qual é a sua opinião sobre o limite de aposentadoria da Seguridade Social no Brasil?                                                                              | Estou satisfeito com o teto atual da Previdência Social.                                                                                                                            | 17         | 4,90% |
|                                                                                                                                                                        | O teto da Previdência Social não é suficiente para mim, por isso optei por um plano de previdência complementar privada.                                                            | 53         | 15,3% |
|                                                                                                                                                                        | O teto da Previdência Social não é suficiente para mim, mas ainda não contratei um plano de previdência complementar privada.                                                       | 162        | 46,7% |
|                                                                                                                                                                        | Não estou informado sobre o teto atual da Previdência Social.                                                                                                                       | <b>115</b> | 33,1% |
| Q12. Conhecer a situação da aposentadoria no Brasil, seus impactos na vida das pessoas, nas contas dos governos                                                        | Sim, mesmo assim não possuo planejamento de longo prazo                                                                                                                             | 124        | 35,7% |
|                                                                                                                                                                        | Sim, e por isso possuo planejamento de longo prazo                                                                                                                                  | 109        | 31,4% |
|                                                                                                                                                                        | Sim, estudo sobre isso para um dia fazer um planejamento                                                                                                                            | 99         | 28,5% |
|                                                                                                                                                                        | Não, pois tenho como sobreviver sem um planejamento de longo prazo                                                                                                                  | 11         | 3,2%  |
|                                                                                                                                                                        | Outro                                                                                                                                                                               | 4          | 1,2%  |

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao analisar os resultados sobre a previdência social, notou-se que 51,9% dos respondentes afirmaram não contribuir para o INSS, enquanto 48,1% indicaram que contribuem. Embora a contribuição ao INSS seja obrigatória para profissionais

remunerados, esse alto índice de não contribuintes se explica, em grande parte, pela informalidade no mercado de trabalho.

Conforme apresentado no perfil profissional dos respondentes, 30,5% possuem carteira assinada (e contribuem automaticamente), mas 16,1% trabalham sem carteira e 11,8% são autônomos, perfis que frequentemente não regularizam a contribuição. Outros grupos, como estudantes (10,7%), bolsistas (10,4%), freelancers/trabalhadores informais (1,7%) e desempregados (1,5%), também apresentam baixa adesão ao INSS. Esses dados evidenciam que, apesar da obrigatoriedade, muitos trabalhadores informais e autônomos ainda ficam fora do sistema previdenciário.

Uma possível justificativa para a elevada taxa de não contribuintes ao INSS entre trabalhadores informais e autônomos é o fato de que, ao contrário dos empregados CLT, para quem a contribuição é descontada automaticamente, esses profissionais precisam fazer o recolhimento por conta própria. Esse processo exige disciplina e planejamento financeiro, e muitos podem priorizar outras despesas ou formas de investimento, como previdência privada, por acharem que a aposentadoria pública não será suficiente ou por falta de confiança no sistema previdenciário. A falta de informações sobre os benefícios do INSS e a complexidade do processo de contribuição também podem desestimular a adesão espontânea.

Quando perguntados sobre o atual estado da previdência social e as perspectivas futuras do INSS, 68,6% dos respondentes expressaram preocupação, mas ainda não contrataram um plano de previdência privada para complementar a aposentadoria. Em contraste, 15% afirmaram que, em resposta a essa preocupação, já contrataram um plano privado para garantir maior segurança financeira no futuro. Apenas 4,3% demonstraram plena confiança na saúde financeira do INSS, acreditando que ele será capaz de sustentar uma aposentadoria digna. Além disso, 9,5% desconhecem a situação atual da Previdência, mas contrataram um plano privado como medida preventiva, enquanto 2,6% preferiram não responder.

A opinião dos respondentes sobre o teto da aposentadoria da Previdência Social no Brasil revela uma maioria insatisfeita: 46,7% consideram o valor insuficiente, embora não tenham contratado um plano de previdência complementar privada. Outros 15,3% também veem o teto como inadequado e, por isso, optaram por um plano privado para complementar a aposentadoria. Apenas 4,9% afirmaram estar

satisfeitos com o valor atual, enquanto 33,1% declararam não estar informados sobre o teto da Previdência Social.

Os dados mostram que, embora a maioria (35,7%) entenda a importância de estar informada sobre a situação da aposentadoria no Brasil e seus impactos, muitos ainda não possuem um planejamento de longo prazo, o que sugere uma possível dificuldade em traduzir essa percepção em ação prática. Por outro lado, 31,4% dos respondentes já tomaram medidas concretas, organizando-se financeiramente para o futuro, enquanto outros 28,5% estão no processo de adquirir conhecimento sobre o tema, indicando um passo positivo em direção ao planejamento. Apenas 3,2% consideram desnecessário um planejamento de longo prazo, confiando que conseguirão se manter financeiramente no futuro, e 1,2% apontaram outras razões.

Em suma, os dados revelam uma preocupação evidente com a situação da Previdência Social e insatisfação com o teto da aposentadoria. No entanto, mostram também uma grande lacuna entre essa preocupação e a ação, uma vez que muitos ainda não adotam medidas concretas para complementar suas aposentadorias.

Um dado alarmante revela o impacto do endividamento entre os idosos no Brasil. Segundo uma pesquisa do SPC Brasil de 2019, aproximadamente 4,3 milhões de idosos estavam com seus nomes registrados em serviços de proteção ao crédito, o que representa 27% da população dessa faixa etária. Esse dado mostra que uma parcela significativa da população idosa enfrenta dificuldades financeiras, muitas vezes devido à falta de planejamento adequado para a aposentadoria. Em complemento, um estudo do Serasa em 2024 apontou que 6 a cada 10 aposentados brasileiros precisam continuar trabalhando para complementar sua renda, reforçando o desafio financeiro que muitos enfrentam na terceira idade.

A pesquisa de Oliveira et al. (2022) destaca um outro dado relevante sobre o endividamento dos aposentados, citando uma estatística do IBGE de 2018 que mostra que a renda dos idosos representa 53% do total familiar nos domicílios brasileiros. Esse percentual reflete não apenas o aumento da população idosa, mas também as mudanças na estrutura familiar dos últimos anos. Com o aumento das dissoluções familiares e a instabilidade econômica, várias gerações – como avós, filhos, netos e bisnetos – passaram a dividir o mesmo lar, aumentando a dependência da renda dos aposentados para equilibrar o orçamento familiar.

Dos Santos (2019) apresenta a Teoria do Ciclo de Vida de Modigliani, que sugere que os indivíduos buscam evitar quedas significativas em seu padrão de vida,

medido pelo consumo. Segundo essa teoria, para manter o consumo constante, mesmo com variações na renda ao longo do tempo, é necessário poupar durante os anos de vida economicamente ativa, baseando-se na média de renda de um período prolongado. Assim, aumentos ocasionais na renda não alterariam substancialmente o comportamento de consumo. Contudo, a pesquisa de Dos Santos revelou que, ao contrário do previsto na teoria de Modigliani, a maioria dos aposentados e pensionistas não acumulou poupança suficiente durante sua fase ativa.

Essas informações reforçam os dados deste estudo, que indica que, embora 68,6% dos respondentes estejam preocupados com a sustentabilidade da aposentadoria social, ainda não iniciaram uma previdência complementar para se prepararem para o futuro.

### 4.3 ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

No capítulo anterior, foram abordados o conhecimento dos respondentes sobre a situação da previdência social e as medidas que estão sendo adotadas em relação a ela. Neste bloco, o objetivo é investigar se a previdência complementar está sendo considerada uma opção para o futuro da aposentadoria dos participantes e avaliar o nível de entendimento deles sobre o tema, conforme demonstrado na Tabela 5 e 6 a seguir.

**Tabela 5 - Informações sobre previdência complementar**

| Variável                                            | Alternativas                                                                    | Frequência | Percentual |
|-----------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
| Q13. Você possui plano de previdência complementar? | Sim, possuo o plano que a minha empresa oferece aos funcionários                | 25         | 7,2%       |
|                                                     | Sim, possuo um plano de previdência privada que contratei de forma independente | 42         | 12,1%      |
|                                                     | Não possuo                                                                      | 269        | 77,5%      |
|                                                     | Não sei                                                                         | 6          | 2%         |
|                                                     | outro                                                                           | 5          | 1,4%       |
| Q14. Qual o seu tipo de previdência complementar?   | PGBL                                                                            | 22         | 6,30%      |
|                                                     | VGBL                                                                            | 26         | 7,50%      |
|                                                     | Não sei                                                                         | 35         | 10,10%     |
|                                                     | Não possuo                                                                      | 264        | 76,1%      |



|                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                 |     |        |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|--------|
| Q15. Qual é a alíquota de imposto de renda aplicada ao seu plano de previdência complementar?                                                                                       | Progressiva                                                                                                     | 13  | 3,7%   |
|                                                                                                                                                                                     | Regressiva                                                                                                      | 35  | 10,1%  |
|                                                                                                                                                                                     | Não sei                                                                                                         | 55  | 15,9%  |
|                                                                                                                                                                                     | Não possui                                                                                                      | 244 | 70,3%  |
| Q16. Apresenta-se a seguir três opções de fundos de previdência, cada uma com uma composição de carteira distinta. Qual destas opções melhor atenderia aos seus objetivos e perfil? | Fundo 1: 90% do capital investido em títulos públicos, 5% em debêntures e 5% em cotas de outros fundos.         | 40  | 11,5%  |
|                                                                                                                                                                                     | Fundo 2: 80% do capital alocado em títulos públicos, 13% em cotas de outros fundos, 5% em ações e 2% em opções. | 75  | 21,6%  |
|                                                                                                                                                                                     | Fundo 3: 67% do capital investido em ações, 30% em títulos públicos e 3% em opções.                             | 61  | 17,6%  |
|                                                                                                                                                                                     | Não sei                                                                                                         | 163 | 47,0%  |
| 17. Qual dos motivos a seguir foi o mais importante para você ao decidir aderir a um plano de previdência complementar?                                                             | Outro                                                                                                           | 8   | 2%     |
|                                                                                                                                                                                     | A percepção de que o INSS não será suficiente para cobrir minhas necessidades de aposentadoria                  | 66  | 19,0%  |
|                                                                                                                                                                                     | O fato de a empresa oferecer um plano de previdência complementar fechado                                       | 14  | 4,00%  |
|                                                                                                                                                                                     | A importância que dou à educação financeira e ao planejamento de longo prazo                                    | 25  | 7,20%  |
|                                                                                                                                                                                     | Minha capacidade de poupar por conta própria                                                                    | 8   | 2,30%  |
| Q18. Se você ainda não possui um plano de previdência complementar, qual é o principal motivo?                                                                                      | Não possui um plano de previdência complementar                                                                 | 232 | 66,9%  |
|                                                                                                                                                                                     | Outro                                                                                                           | 2   | 0,6%   |
|                                                                                                                                                                                     | Falta de informação sobre o assunto                                                                             | 106 | 30,5%  |
|                                                                                                                                                                                     | Condições financeiras desfavoráveis                                                                             | 81  | 23,30% |
|                                                                                                                                                                                     | Não considero necessário                                                                                        | 9   | 2,60%  |
| Q18. Se você ainda não possui um plano de previdência complementar, qual é o principal motivo?                                                                                      | Não acho uma boa opção para aposentadoria                                                                       | 11  | 3,20%  |
|                                                                                                                                                                                     | Faço outros investimentos financeiros para a aposentadoria                                                      | 64  | 18,4%  |
|                                                                                                                                                                                     | Faço investimentos imobiliários para a aposentadoria                                                            | 12  | 3,5%   |
|                                                                                                                                                                                     | Já possuo um plano de previdência complementar                                                                  | 57  | 16,4%  |
|                                                                                                                                                                                     | Outro                                                                                                           | 7   | 2,0%   |

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados levantados mostram uma baixa adesão à previdência complementar entre os respondentes, com 76,1% afirmando não possuir nenhum plano. Dentre aqueles que têm acesso, 7,2% pertencem a um plano oferecido por suas empresas e 12,1% contrataram um plano de previdência privada de forma independente. Entre os que possuem um plano de previdência, 6,3% dos respondentes optaram pelo PGBL e 7,5% optaram pelo VGBL. Um pequeno grupo de 1,7% não tem certeza se possui um plano, enquanto 1,4% classificaram suas respostas como "outro".

**Tabela 6 - correlação entre gênero e aderência a previdência**

| Gênero    | Estatística | Tem previdência | Não tem previdência / Não sabe | Total   | Valor dos testes        | Significância |
|-----------|-------------|-----------------|--------------------------------|---------|-------------------------|---------------|
| Feminino  | Frequência  | 27              | 138                            | 165     | Qui-quadrado de Pearson |               |
|           | Percentual  | 16,40%          | 83,60%                         | 100,00% |                         |               |
| Masculino | Frequência  | 40              | 141                            | 181     | 2,063                   | 0,357         |
|           | Percentual  | 22,10%          | 77,90%                         | 100,00% |                         |               |
| Outro     | Frequência  | 0               | 1                              | 1       | V de Cramer             |               |
|           | Percentual  | 0,00%           | 100,00%                        | 100,00% |                         |               |
| Total     | Frequência  | 67              | 280                            | 347     | 0,077                   | 0,357         |
|           | Percentual  | 19,30%          | 80,70%                         | 100,00% |                         |               |

A análise do gênero dos respondentes em relação à posse de previdência privada mostrou que não há uma diferença significativa entre homens, mulheres e outros gêneros, segundo o teste Qui-quadrado de Pearson (significância = 0,357). Homens tiveram uma taxa de adesão de 22,10%, enquanto as mulheres apresentaram uma adesão um pouco menor, de 16,40%. Indivíduos que se identificaram com outro gênero não aderiram ao produto. Esses resultados indicam que, nesse caso, o gênero não parece influenciar de maneira relevante a decisão de adquirir previdência privada.

**Tabela 7 - correlação do perfil do investidor e aderência a previdência**

| <b>Perfil de investidor</b> | <b>Estatística</b> | <b>Tem previdência</b> | <b>Não tem previdência / Não sabe</b> | <b>Total</b> | <b>Valor dos testes</b> | <b>Significância</b> |
|-----------------------------|--------------------|------------------------|---------------------------------------|--------------|-------------------------|----------------------|
| Perfil conservador          | Frequência         | 26                     | 108                                   | 134          |                         |                      |
|                             | Percentual         | 19,40%                 | 80,60%                                | 100,00%      | Qui-quadrado de Pearson |                      |
| Perfil moderado             | Frequência         | 23                     | 76                                    | 99           | 8,392                   | 0,039                |
|                             | Percentual         | 23,20%                 | 76,80%                                | 100,00%      |                         |                      |
| Perfil arrojado             | Frequência         | 12                     | 31                                    | 43           |                         |                      |
|                             | Percentual         | 27,90%                 | 72,10%                                | 100,00%      |                         |                      |
| Não sabe o perfil           | Frequência         | 6                      | 65                                    | 71           |                         |                      |
|                             | Percentual         | 8,50%                  | 91,50%                                | 100,00%      | V de Cramer             |                      |
| Total                       | Frequência         | 67                     | 280                                   | 347          | 0,156                   | 0,039                |
|                             | Percentual         | 19,30%                 | 80,70%                                | 100,00%      |                         |                      |

Por outro lado, o perfil de investidor demonstrou uma relação significativa com a posse de previdência privada (significância = 0,039). Percebeu-se que perfis conservadores, moderados e arrojados apresentaram taxas crescentes de adesão à previdência: 19,40%, 23,20% e 27,90%, respectivamente. Em contrapartida, aqueles que não sabem seu perfil de investidor tiveram a menor taxa de adesão, de apenas 8,50%. Esses dados sugerem que a falta de clareza sobre o próprio perfil de investidor pode estar relacionada à menor adesão a produtos financeiros como a previdência privada.

**Tabela 8 - correlação de estado civil e aderência a previdência**

| <b>Estado Civil</b> | <b>Estatística</b> | <b>Tem previdência</b> | <b>Não tem previdência / Não sabe</b> | <b>Total</b> | <b>Valor dos testes</b> | <b>Significância</b> |
|---------------------|--------------------|------------------------|---------------------------------------|--------------|-------------------------|----------------------|
| Solteiro            | Frequência         | 40                     | 235                                   | 275          |                         |                      |
|                     | Percentual         | 14,50%                 | 85,50%                                | 100,00%      | Qui-quadrado de Pearson |                      |
| Casado              | Frequência         | 22                     | 41                                    | 63           | 24,71                   | 0,000                |
|                     | Percentual         | 34,90%                 | 65,10%                                | 100,00%      |                         |                      |
| Viúvo               | Frequência         | 2                      | 0                                     | 2            |                         |                      |

|            |            |         |        |         |             |       |
|------------|------------|---------|--------|---------|-------------|-------|
|            | Percentual | 100,00% | 0,00%  | 100,00% |             |       |
| Divorciado | Frequência | 3       | 4      | 7       |             |       |
|            | Percentual | 42,90%  | 57,10% | 100,00% | V de Cramer |       |
| Total      | Frequência | 67      | 280    | 347     | 0,267       | 0,000 |
|            | Percentual | 19,30%  | 80,70% | 100,00% |             |       |

A relação entre estado civil e posse de previdência também apresentou diferenças significativas (significância = 0,000). Solteiros tiveram uma taxa de adesão mais baixa, de 14,50%, enquanto casados e divorciados alcançaram índices mais altos, de 34,90% e 42,90%, respectivamente. Viúvos apresentaram uma taxa de adesão de 100%, embora o número de respondentes nessa categoria tenha sido muito pequeno, limitando generalizações. Esses resultados sugerem que o estado civil pode influenciar a decisão de adquirir previdência privada, provavelmente devido às responsabilidades e ao planejamento financeiro distintos de cada grupo.

A escolaridade, por sua vez, mostrou uma relação clara com a posse de previdência privada (significância = 0,000). Respondentes com ensino fundamental apresentaram uma taxa de adesão de 25,00%, mas, curiosamente, essa taxa foi menor entre aqueles com ensino médio, ficando em 13,50%. No entanto, o cenário muda com níveis mais altos de escolaridade: 15,10% para ensino superior, 32,70% para pós-graduação/MBA, 50,00% para mestrado e 60,00% para doutorado. Esses dados indicam que a educação desempenha um papel importante, possivelmente porque níveis mais altos de instrução estão associados a uma maior conscientização sobre planejamento financeiro e investimentos.

A relação entre renda própria e posse de previdência privada também foi significativa (significância = 0,000). Indivíduos sem renda própria ou com renda de até R\$1.412,00 apresentaram as menores taxas de adesão, de 6,70% e 6,00%, respectivamente. A adesão aumenta à medida que a renda cresce: para rendas entre R\$1.412,01 e R\$4.236,00, a taxa foi de 9,90%; entre R\$4.236,01 e R\$8.472,00, atingiu 32,90%; e entre R\$ 8.472,01 e R\$ 12.708,00, ficou em 30,30%. Para rendas acima de R\$12.708,01, a taxa chegou a 50,00%. Esses resultados demonstram que a posse de previdência privada está fortemente ligada à capacidade financeira, sendo mais comum entre pessoas com maior renda.

Além da baixa adesão, entre os que possuem planos, apenas 3,7% mencionaram uma alíquota de imposto de renda progressiva, enquanto 10,1% indicaram a alíquota regressiva. Além disso, 15,9% dos respondentes não souberam informar sobre a alíquota aplicada. Esses resultados evidenciam a falta de conhecimento sobre as alíquotas de imposto de renda e ressaltam a importância de aumentar a conscientização sobre a previdência complementar como uma ferramenta essencial para o planejamento financeiro a longo prazo.

Os respondentes tiveram a oportunidade de escolher entre três opções de fundos de previdência, cada uma com uma composição de carteira distinta. 47% dos participantes afirmaram não saber qual opção era mais adequada ao seu perfil de investidor e objetivos. Quanto às escolhas, 21,6% optaram pelo Fundo 2, 17,6% escolheram o Fundo 3, 11,5% selecionaram o Fundo 1 e 2,3% indicaram “Outro”. Esses dados ressaltam a incerteza dos investidores em relação às alternativas disponíveis.

Os resultados revelam algumas desconexões entre os perfis de risco dos investidores e suas escolhas de fundos. Embora 38,6% dos participantes se considerem conservadores, apenas 11,5% escolheram o Fundo 1, destinado a esse perfil. Esse dado sugere que muitos investidores conservadores podem ter dúvidas ou falta de conhecimento sobre qual fundo é mais adequado para seu perfil, refletindo uma maior incerteza sobre suas decisões financeiras. Esse padrão pode ser uma das razões pelas quais 47% dos participantes afirmaram não saber qual fundo escolher, provavelmente indicando uma lacuna de entendimento, especialmente entre os conservadores.

Por outro lado, o Fundo 2, recomendado para moderados, foi o mais escolhido (21,6%), o que está alinhado com os 28,5% que se identificaram como moderados, mostrando que, para essa faixa de investidores, a opção mais equilibrada foi vista como a mais adequada. Já o Fundo 3, voltado para arrojados, foi escolhido por 17,6%, o que também se alinha razoavelmente com os 12,4% que se consideraram arrojados, embora essa escolha ainda seja relativamente baixa.

O fato de 20,5% dos participantes não saberem identificar seu perfil reforça ainda mais a necessidade de educação financeira, uma vez que isso reflete uma falta de clareza e segurança nas escolhas. A alta porcentagem de indecisos (47%) provavelmente está mais concentrada entre os investidores conservadores, que demonstram mais incerteza e menor conhecimento financeiro, o que impacta

diretamente sua capacidade de tomar decisões informadas sobre os fundos mais adequados aos seus objetivos e apetite por risco.

Ao questionar os respondentes sobre os motivos que levaram à adesão a um plano de previdência complementar, o destaque ficou novamente com aqueles que não possuem esse instrumento, representando 66,9% do total. Em seguida, entre os que têm um plano, 19% acreditam que o INSS não será suficiente para garantir uma aposentadoria adequada. Outros 7,2% mencionaram a importância da educação financeira e do planejamento de longo prazo como fatores decisivos, enquanto 4% ressaltaram que a oferta de um plano pela empresa foi uma motivação significativa. A capacidade de poupar por conta própria foi citada por 2,3% dos respondentes, e apenas 0,6% mencionaram outras razões.

A pesquisa sobre os motivos que levaram os respondentes a não possuírem um plano de previdência complementar revelou algumas dificuldades enfrentadas. A falta de informação sobre o assunto foi citada por 30,5% dos participantes como o principal obstáculo. Em seguida, 23,3% mencionaram condições financeiras desfavoráveis que dificultam a adesão. Um percentual menor, de 18,4%, afirmou que investe em outras opções financeiras para a aposentadoria, enquanto 3,5% preferem investimentos imobiliários. Outros motivos apontados incluem a crença de que não é necessário ter um plano (2,6%), a desconfiança na previdência como uma boa opção para aposentadoria (3,2%) e a situação de já possuir um plano de previdência complementar (16,4%). Por fim, 2% dos respondentes indicaram "outro" como a razão para não aderir a um plano.

O que chama a atenção é que os resultados da pesquisa revelaram uma divergência em relação ao apontamento de Pereira (2020) sobre a desconfiança no produto como um dos principais fatores de não adesão à previdência complementar. A principal razão identificada foi a falta de informação sobre o tema (30,5%), seguida por limitações financeiras (23,3%). Esse cenário pode ser explicado pelo fato de 60,8% dos respondentes terem uma renda de até R\$4.236,00.

#### 4.4 ANÁLISE DE CONHECIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS

Com base no que foi apresentado até aqui, verifica-se uma evidente falta de conhecimento acerca do planejamento para a aposentadoria entre os indivíduos da Grande Florianópolis. Este capítulo tem como objetivo explorar o entendimento dessas pessoas sobre as diversas características do instrumento de previdência complementar, abordando aspectos relevantes como questões tributárias, sucessórias e outros fatores que influenciam a formação de um plano eficaz para garantir uma aposentadoria tranquila e segura, conforme demonstrado na Tabela 7 a seguir.

**Tabela 9 - Conhecimentos previdenciários**

| Variável                                                                                                                                                                                                                         | Alternativas | Frequências | Percentual |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|-------------|------------|
| Q19. Você sabe em quais situações é mais vantajoso escolher a alíquota de imposto de renda regressiva em vez da progressiva nos planos de previdência complementar?                                                              | Sim          | 89          | 25,6%      |
|                                                                                                                                                                                                                                  | Não          | 258         | 74,4%      |
| Q20. Você sabia que a previdência complementar não faz parte do inventário e pode ser uma ferramenta eficaz para transferir patrimônio para a sua família?                                                                       | Sim          | 112         | 32,3%      |
|                                                                                                                                                                                                                                  | Não          | 235         | 67,7%      |
| Q21. Você sabia que, com a previdência, além de economizar para o futuro, é possível reduzir a sua carga tributária anual contribuindo com até 12% da sua renda tributável em um PGBL?                                           | Sim          | 99          | 28,5%      |
|                                                                                                                                                                                                                                  | Não          | 248         | 71,5%      |
| Q22. Você sabia que a previdência complementar é a única aplicação que você pode mudar de fundo a cada 2 meses sem pagar imposto no lucro?                                                                                       | Sim          | 79          | 22,8%      |
|                                                                                                                                                                                                                                  | Não          | 268         | 77,2%      |
| Q23. Você sabia que fundos de investimento estão sujeitos ao imposto chamado come-cotas em maio e novembro, enquanto um fundo de investimento dentro de um plano de previdência complementar não está sujeito a essa tributação? | Sim          | 98          | 28,2%      |
|                                                                                                                                                                                                                                  | Não          | 249         | 71,8%      |

Fonte: Elaborado pela autora

A pesquisa revela que grande parte das pessoas desconhece alguns dos principais benefícios e características da previdência complementar, especialmente em relação aos aspectos tributários e ao planejamento sucessório.

Apenas 25,6% dos respondentes sabem em quais situações é mais vantajoso escolher a alíquota de imposto de renda regressiva em vez da progressiva nos planos de previdência complementar. A maioria, 74,4%, não tem conhecimento sobre essa possibilidade, o que indica uma falta de informação sobre estratégias para otimização tributária a longo prazo.

Outro ponto importante é que a previdência complementar não faz parte do inventário, podendo ser uma ferramenta eficaz para transferir patrimônio para a família. Contudo, somente 32,3% dos participantes da pesquisa estão cientes dessa vantagem, enquanto 67,7% desconhecem esse benefício sucessório.

Além disso, a previdência complementar oferece a possibilidade de reduzir a carga tributária anual. Contribuindo com até 12% da renda tributável em um PGBL, é possível obter uma dedução no imposto de renda. No entanto, apenas 28,5% dos entrevistados conhecem essa opção, enquanto 71,5% não têm informação sobre essa estratégia.

Outro benefício pouco conhecido é a possibilidade de trocar de fundo dentro do plano de previdência a cada dois meses sem incorrer em imposto sobre o lucro. Somente 22,8% dos respondentes sabem disso, e 77,2% desconhecem essa flexibilidade, que permite ajustes na carteira de investimentos sem custos tributários adicionais.

Por fim, a pesquisa revela que 28,2% das pessoas sabem que os fundos de investimento dentro de um plano de previdência complementar não estão sujeitos ao imposto conhecido como come-cotas, que é cobrado semestralmente (em maio e novembro) nos fundos de investimento tradicionais. Ainda assim, 71,8% desconhecem essa vantagem, que pode representar uma economia significativa ao longo do tempo.

Esses dados destacam a necessidade de maior educação financeira, pois conforme aponta Silva et al. (2019), a previdência privada é um investimento que exige pouco conhecimento para ser iniciado, mas ainda assim é um dos menos compreendidos. A educação financeira desempenha um papel fundamental ao permitir a elaboração de um plano de longo prazo, alinhando tempo e metas e começando com o planejamento para a aposentadoria.



#### 4.5 ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO FINANCEIRO

O estudo realizado até o momento revela um baixo nível de conhecimento sobre a previdência complementar como instrumento de planejamento para a aposentadoria. Nesta seção, o objetivo é avaliar se os respondentes possuem um bom nível de conhecimento financeiro em geral e, assim, correlacionar essas informações com o tema da previdência complementar. A seguir, a Tabela 8 apresenta os dados coletados:

**Tabela 10 - Conhecimento financeiro**

| Variável                                                                                                                                                                             | Alternativas                                                                                                                               | Frequência | Percentual |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------|
| Q24. Como você se sente a respeito dos seus conhecimentos sobre educação financeira?                                                                                                 | Nada seguro – gostaria de possuir entendimento sobre Educação Financeira                                                                   | 55         | 15,9%      |
|                                                                                                                                                                                      | Não muito seguro – Eu gostaria de saber um pouco mais sobre Educação Financeira                                                            | 85         | 24,5%      |
|                                                                                                                                                                                      | Razoavelmente seguro – Eu conheço alguns assuntos que eu precisaria saber sobre Educação Financeira, mas preciso possuir mais conhecimento | 127        | 36,6%      |
|                                                                                                                                                                                      | Seguro – Eu conheço a maioria dos assuntos que eu precisaria saber sobre Educação                                                          | 41         | 11,8%      |
|                                                                                                                                                                                      | Muito seguro – Eu possuo conhecimentos bastante amplos sobre Educação Financeira                                                           | 39         | 11,2%      |
| Q25. Suponha que você tenha R\$100,00 em uma conta poupança e a taxa de juros seja de 2% ao ano. Depois de 5 anos, quanto você acha que teria na conta se deixasse dinheiro crescer? | Mais de R\$102,00                                                                                                                          | 251        | 72,3%      |
|                                                                                                                                                                                      | Exatamente R\$102,00                                                                                                                       | 16         | 4,6%       |
|                                                                                                                                                                                      | Menos de R\$ 102,00                                                                                                                        | 17         | 4,9%       |
|                                                                                                                                                                                      | Não sei                                                                                                                                    | 45         | 13,0%      |
| Q26. Imagine que a taxa de juros da sua caderneta de poupança fosse de 1% ao ano e a inflação fosse de 2% ao ano.                                                                    | Recuse-se a responder                                                                                                                      | 18         | 5,2%       |
|                                                                                                                                                                                      | Mais do que hoje                                                                                                                           | 14         | 4,0%       |
|                                                                                                                                                                                      | Exatamente o mesmo                                                                                                                         | 10         | 2,9%       |
|                                                                                                                                                                                      | Menos do que hoje                                                                                                                          | 217        | 62,5%      |

|                                                                                                                                                                                |                       |     |       |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|-----|-------|
| Após 1 ano, quanto você conseguiria comprar com o dinheiro dessa conta?                                                                                                        | Não sei               | 86  | 24,8% |
|                                                                                                                                                                                | Recuse-se a responder | 20  | 5,8%  |
| Q27. Por favor, diga-me se esta afirmação é verdadeira ou falsa:<br>Comprar ações de uma única empresa geralmente proporciona um retorno mais seguro do que um fundo de ações. | Verdadeira            | 10  | 2,9%  |
|                                                                                                                                                                                | Falsa                 | 236 | 68,0% |
|                                                                                                                                                                                | Não sei               | 85  | 24,5% |
|                                                                                                                                                                                | Recuse-se a responder | 16  | 4,6%  |

Fonte: Elaborado pela autora

A pesquisa revelou como os respondentes se sentem em relação ao próprio conhecimento sobre educação financeira. Cerca de 15,9% afirmaram sentir-se "nada seguros" e gostariam de possuir mais entendimento sobre o tema, enquanto 24,5% se consideram "não muito seguros" e desejam aprender um pouco mais. A maior parte, 36,6%, se sente "razoavelmente segura", pois conhece alguns assuntos necessários, mas sente a necessidade de aprofundar o conhecimento. Já 11,8% se dizem "seguros" e afirmam conhecer a maioria dos temas relevantes. Apenas 11,2% se consideram "muito seguros", acreditando possuir conhecimentos bastante amplos sobre educação financeira.

Quando questionados sobre o rendimento de uma poupança com taxa de juros de 2% ao ano, onde se deposita R\$100,00 e se deixa crescer por 5 anos, 72,3% responderam corretamente que teriam "mais de R\$102,00" ao final do período. No entanto, 13% disseram "não saber", enquanto 4,6% acreditavam que o valor exato seria de R\$102,00 e 4,9% responderam que teriam "menos de R\$102,00".

A pesquisa também abordou a percepção sobre poder de compra em um cenário onde a taxa de juros de uma poupança é de 1% ao ano, mas a inflação é de 2% ao ano. Nesse caso, 62,5% dos participantes responderam corretamente que poderiam comprar "menos do que hoje" após um ano, 4% acreditavam que poderiam comprar "mais do que hoje" e 2,9% disseram que o poder de compra permaneceria "exatamente o mesmo". Outros 24,8% afirmaram "não saber" e 5,8% preferiram não responder.

Em relação à afirmação de que "comprar ações de uma única empresa geralmente proporciona um retorno mais seguro do que um fundo de ações", 68% dos

respondentes corretamente classificaram a afirmação como "falsa". No entanto, 24,5% responderam que "não sabiam" se a afirmação era verdadeira ou falsa, e 2,9% acreditavam que era "verdadeira".

Após a análise das respostas do teste Big Three, observa-se a seguir o resumo dos resultados, destacando o percentual de acertos conforme a Tabela 9.

**Tabela 11 - Compilado de resultado dos acertos Big Three**

| <b>CONHECIMENTO FINANCEIRO - BIG THREE</b> | <b>Frequência</b> | <b>Porcentagem válida</b> |
|--------------------------------------------|-------------------|---------------------------|
| Acertou 0 questões                         | 42                | 12,1%                     |
| Acertou 1 questão                          | 57                | 16,4%                     |
| Acertou 2 questões                         | 97                | 28%                       |
| Acertou todas as questões                  | 151               | 43,5%                     |
| Total                                      | 347               | 100%                      |

Fonte: Elaborado pela autora.

A distribuição de acertos no teste de Conhecimento Financeiro - Big Three revela que, de um total de 347 participantes, 12,1% (42 pessoas) não acertaram nenhuma questão, 16,4% (57 pessoas) acertaram uma questão, 28% (97 pessoas) acertaram duas questões, e 43,5% (151 pessoas) acertaram todas as questões.

A pesquisa de Barbosa (2019), realizada com 3.452 respondentes em 152 municípios, também aplicou o teste Big Three e, em ambas as pesquisas, um dos pontos comuns é a compreensão, por parte da maioria dos respondentes, de que comprar ações de uma única empresa não é mais seguro do que investir em um fundo de ações diversificado. Nessa pesquisa, 68% dos participantes acertaram a questão, respondendo corretamente que a afirmação era falsa. De maneira semelhante, na pesquisa de Barbosa, 57,36% dos respondentes também indicaram que a afirmação era falsa. Esse consenso mostra que os participantes, em sua maioria, reconhecem que diversificar os investimentos reduz o risco, o que é um conceito fundamental para a educação financeira.

Na primeira pergunta "Você possui R\$100,00 em investimentos que rendem 2% ao ano. Depois de cinco anos, qual será o saldo da aplicação?", ambas as pesquisas indicam que uma grande maioria dos participantes (aproximadamente 72-79%) entende que o saldo após 5 anos será superior a R\$102,00, o que demonstra um bom entendimento do conceito de juros compostos.

Na segunda pergunta “Imagine que o rendimento de seu investimento é de 1% ao ano e a inflação foi de 2% ao ano. Depois de um ano, quanto você acha que poderá comprar com o dinheiro que ficou aplicado nesse período?”, ao comparar os resultados das duas pesquisas, percebe-se que nessa pesquisa, 62,5% dos entrevistados responderam corretamente que comprariam menos do que hoje, refletindo uma compreensão clara de que a inflação (2% ao ano) superaria o rendimento do investimento (1% ao ano). Já na pesquisa de Barbosa, apenas 44,98% entenderam corretamente esse impacto, o que sugere uma percepção mais imprecisa sobre a relação entre inflação e juros.

A diferença se acentua nas outras alternativas: enquanto nessa pesquisa apenas 4% achavam que comprariam mais do que hoje, na pesquisa de Barbosa esse número saltou para 28,97%. Da mesma forma, a opção "exatamente o mesmo" foi escolhida por 2,9% na primeira pesquisa e por 21,26% na de Barbosa. Esses dados apontam para uma compreensão mais otimista ou equivocada entre os participantes da pesquisa de Barbosa.

Além disso, a incerteza nas respostas foi maior na primeira pesquisa, com 24,8% dos participantes dizendo "não sei", comparado a 4,21% na pesquisa de Barbosa. A taxa de recusas a responder também foi mais alta na primeira pesquisa (5,8%).

As diferenças indicam que os participantes da pesquisa de Barbosa demonstraram uma percepção mais otimista e imprecisa sobre os efeitos da inflação, o que sugere uma compreensão limitada da dinâmica econômica. Por outro lado, os respondentes da Grande Florianópolis mostraram um nível mais elevado de conhecimento financeiro, refletido em respostas mais precisas sobre o impacto da inflação e dos rendimentos sobre o poder de compra.

Na terceira pergunta, "Comprar ações de uma única empresa é mais seguro do que um fundo de ações?", ao comparar os resultados, vê-se que na pesquisa aplicada na Grande Florianópolis, 68,0% dos participantes consideraram a afirmação “falsa”, refletindo um entendimento mais claro sobre a importância da diversificação. Já na pesquisa de Barbosa, 57,36% acharam a afirmação falsa, mas com um percentual maior de respostas "verdadeira" (33,76%), contra apenas 2,9%\* na pesquisa da Grande Florianópolis. Além disso, a alternativa "não sei" teve 24,5% na pesquisa de Barbosa, enquanto na pesquisa da Grande Florianópolis esse número foi de apenas

8,88%, indicando que os participantes da Grande Florianópolis tiveram um maior reconhecimento de suas incertezas ao admitir que não sabiam a resposta.

## 5. CONCLUSÃO

Este estudo buscou investigar a percepção dos residentes de Florianópolis em relação à previdência complementar e seu papel como ferramenta de planejamento financeiro para a aposentadoria. Visto que o envelhecimento populacional e a sustentabilidade do sistema público são temas pertinentes que merecem atenção e planejamento.

Dentre os objetivos específicos, foram analisados o grau de adesão aos planos de previdência complementar, o entendimento sobre a situação atual da previdência social e o nível de conhecimento financeiro dos respondentes. Também se investigou a compreensão da população acerca dos critérios utilizados na escolha de fundos previdenciários. Esses objetivos permitiram identificar barreiras e oportunidades para maior adesão e conscientização sobre o tema.

Entre os resultados encontrados com a aplicação do questionário, destaca-se o perfil socioeconômico dos respondentes, com a maioria residindo em Florianópolis (64,6%), sendo solteira (79,3%) e possuindo ensino médio completo (47%). Em relação à renda, 37,8% ganham entre R\$1.412,01 e R\$4.236,00, enquanto 30,5% são assalariados com carteira assinada. O perfil conservador predomina entre investidores (38,6%), embora 20,5% dos participantes não conheçam seu próprio perfil, revelando uma lacuna de conhecimento.

Quanto à previdência social, 51,9% dos respondentes não contribuem para o INSS, principalmente devido à informalidade no mercado de trabalho. Apesar de 68,6% expressarem preocupação com o sistema previdenciário, apenas 15% possuem previdência complementar. Muitos consideram o teto da aposentadoria insuficiente (46,7%), e 33,1% não têm informações sobre ele. Esses dados reforçam a necessidade de educação financeira e previdenciária para incentivar o planejamento de longo prazo, especialmente entre trabalhadores informais e autônomos, que enfrentam maiores desafios para garantir uma aposentadoria segura.

Observa-se também que fatores como renda, escolaridade e perfil de investidor possuem associação direta sobre a adesão a planos de previdência. Indivíduos com maior nível de renda e escolaridade apresentaram taxas de adesão mais altas,

indicando uma correlação positiva entre maior acesso à informação e maior planejamento financeiro. Adicionalmente, o estado civil mostrou-se relevante, sugerindo que responsabilidades familiares podem estimular a procura por instrumentos de longo prazo.

A pesquisa também revelou que uma parcela considerável dos respondentes desconhece benefícios fundamentais da previdência complementar, como a isenção do come-cotas, a possibilidade de troca de fundos sem incidência de impostos e as vantagens tributárias do PGBL e VGBL. Esses dados reforçam a importância de iniciativas voltadas à educação financeira, especialmente no que tange ao planejamento de aposentadoria.

Diante desse cenário, é essencial que o governo adote políticas públicas voltadas tanto para a educação básica quanto para as redes sociais, com o objetivo de conscientizar a população sobre a inversão da pirâmide etária e a importância de um planejamento financeiro para o futuro. Essas ações podem contribuir para uma sociedade mais preparada e resiliente, incentivando desde cedo hábitos saudáveis de poupança e pode ajudar a mudar a rota da relação que a população brasileira tem com a questão financeira.

É importante destacar as limitações do estudo, sendo a principal delas o número relativamente pequeno de respondentes em relação ao tamanho da população, o que pode comprometer a representatividade dos resultados. Além disso, vale considerar como uma limitação o contexto social e profissional da autora, que atua no mercado financeiro e estuda em uma universidade federal. Esses fatores podem influenciar a perspectiva adotada no estudo, resultando em uma visão possivelmente mais alinhada com os interesses e experiências de grupos específicos, em detrimento de uma visão mais ampla e diversificada da sociedade como um todo.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; BELTRÃO, Kaizô Iwakami; FERREIRA, Mônica Guerra. Reforma da previdência. In: **Reforma da previdência**. 1997. p. 75-75.

HENRIQUE, Marcelo Rabelo et al. O cenário da Previdência Social e o impacto na aposentadoria. **Revista da Faculdade de Administração e Economia**, v. 12, n. 1, p. 169-190, 2023.

VIEIRA DO NASCIMENTO, Michelly; DIAS DIÓGENES, Victor Hugo. Transição Demográfica no Brasil: Um Estudo Sobre o Impacto do Envelhecimento Populacional na Previdência Social. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 8, n. 1, 2020.

DE LIMA, Ivone Pedro et al. Análise da relação da quantidade de participantes ativos das entidades fechadas de Previdência Complementar (EFPC) com o ambiente socioeconômico. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036**, v. 14, n. 1, p. 174-195, 2022.

DE CASTRO, Carlos Alberto Pereira; LAZZARI, João Batista. PANORAMA E PERSPECTIVAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL. **Revista Direito das Relações Sociais e Trabalhistas**, v. 8, n. 2, p. 178-204, 2022.

LAVINAS, Lena; ARAÚJO, ELIANE DE. Reforma da previdência e regime complementar. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, p. 615-635, 2017.

HERATY, Noreen; MCCARTHY, Jean. Unearthing psychological predictors of financial planning for retirement among late career older workers: Do self-perceptions of aging matter?. **Work, Aging and Retirement**, v. 1, n. 3, p. 274-283, 2015.

SCHULTZ, Joana Ayla Donzelli; DE JANEIRO, Rio. A VIVÊNCIA DA ANGÚSTIA NO SETOR BANCÁRIO. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 jul. 1991.

BISATTO, Ana Aline. A previdência complementar como alternativa de fonte de renda para as pessoas. 2020.

SILVA, Guilherme Henrique de Lima. Impactos financeiros e atuariais gerados no Regime Geral de Previdência Social devido a modificação da pirâmide etária brasileira. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso.

BOHNEN, Bruna. Uma análise dos regimes de financiamento da previdência social frente aos princípios norteadores da seguridade social: sistema de repartição simples e sistema de capitalização. 2019.

JARDIM, Maria Chaves; MOURA, Paulo José Carvalho. O projeto de capitalização da Previdência Social no governo Bolsonaro: o mercado como estratégia de aposentadoria. **Sociedade e Estado**, v. 38, p. 63-93, 2023.

LEITE, Debora Fonseca; DE ARAÚJO NETO, Raul Lopes. Sistema de Capitalização Individual Chileno: Um protótipo de reprodução de desigualdades sociais. **Caderno Virtual**, v. 1, n. 57, 2023.

LOUREIRO, Maria Rita. Democracia e globalização: políticas de previdência social na Argentina, Brasil e Chile. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, p. 187-223, 2017.

DE VASCONCELLOS WEINTRAUB, Arthur Bragança. Coexistência do regime de repartição com o regime de capitalização. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, v. 97, p. 211-217, 2002.

DOS SANTOS, Gilianne Lazzarotto; LONGO, Mateus Rigo. A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E SEUS REFLEXOS PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA AOS SEUS SEGURADOS. **Direito FABE**, v. 1, n. 1, 2022.

RIBEIRO, Nathalia Kimus Cunha; GONSALVES, Renaldo Antonio. Previdência Complementar: Uma Proposta para a Geração Y?. **Redeca, Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos**, v. 3, n. 1, p. 49-89, 2016.

PEREIRA, Rodrigo Sisnandes. **Motivadores e inibidores que influenciam na adesão dos jovens aos planos de previdência complementar patrocinados**. 2020. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

COUTINHO, Lucas Silva et al. Importância das entidades de previdência complementar em vistas da previdência pública no Brasil. 2017.

GURGEL, Marcos Marcos Antonio Pereira. **Retorno dos investimentos dos fundos de previdência privada**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

GASPAR, Raquel M.; HENRIQUES, Paulo Lopes; CORRENTE, Ana Rita. Confiança nos mercados financeiros: o papel do elemento humano. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 22, p. 647-668, 2020.

JESI, Lígia Ennes. Impacto das políticas de benefício tributário e de educação financeira no incentivo ao investimento em previdência complementar privada. 2021.

SILVA, DANIELA DA COSTA; MOREIRA, VINICIUS DE SOUZA; PAPANDRÉA, PEDRO JOSÉ. Aposentadoria: uma meta a ser planejada. **Revista Científica e-Locução**, v. 1, n. 22, p. 27-27, 2022.

CARVALHO, Horácio de Albuquerque. **Previdência privada no Brasil: uma análise da decisão entre PGBL e VGBL**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SOUZA, Amanda Raphaela Nascimento de. **Letra de crédito imobiliário e previdência privada: um estudo de caso**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



DARIVA, Jaíne; BISSOLI, Milena Tural. Previdência privada: educando e auxiliando no processo de escolha do investimento. 2022.

JUNIOR, Mairan Gonçalves Maia. A previdência privada como instrumento de planejamento sucessório. **Pensar-Revista de Ciências Jurídicas**, v. 25, n. 1, 2020.

GUIOTTI, Igor Xavier Pedreiro; COSTA, Abimael de Jesus Barros; BOTELHO, Ducineli Régis. Gestão de riscos em entidades fechadas de previdência complementar no Brasil: legislações, teorias e práticas de mercado. 2020.

FACHINA, Cristiane Beatriz. Mapeamento dos riscos atuariais em planos de benefício definido administrados por entidades fechadas de previdência complementar, uma análise das informações divulgadas no relatório anual de informações. 2022.

NASCIMENTO, Jan. Aplicação do modelo de distribuição de perdas agregadas para mensuração de risco operacional em entidades fechadas de previdência complementar (EFPC). 2013.

VIEIRA, Valter Afonso. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista da FAE**, v. 5, n. 1, 2002.

MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana Barbosa. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. **Departamento de Ciência de Computação e Estatística-IBILCE-UNESP**, v. 17, p. 1-17, 2012.

MARTINS, G. A. **Estatística geral e aplicada**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MATTAR, F. Pesquisa de Marketing: metodologia e planejamento. 6 ed., São Paulo: Atlas, 2005

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. The importance of financial literacy: Opening a new field. *Journal of Economic Perspectives*, v. 37, n. 4, p. 137-154, 2023.

HOWLETT, Elizabeth; KEES, Jeremy; KEMP, Elyria. The role of self-regulation, future orientation, and financial knowledge in long-term financial decisions. *Journal of Consumer Affairs*, v. 42, n. 2, p. 223-242, 2008.

PANJAITAN, Harry Patuan; RENALDO, Nicholas; SUYONO, Suyono. The influence of financial knowledge on financial behavior and financial satisfaction on Pelita Indonesia students. *Jurnal Manajemen Indonesia*, v. 22, n. 2, p. 145-153, 2022.

SAMPAIO, Thales Fraga. Tesouro direto e previdência privada: uma comparação entre rentabilidades, custos e riscos. 2017.

SILVA, Bruno Alves da. A importância do planejamento financeiro para implementação de uma previdência complementar. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso.

HERNÁNDEZ-SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ-COLLADO, Carlos; BAPTISTA-LUCIO, Pilar. Analisis de los datos cuantitativos. Metodología de la investigación, v. 6, p. 270-335, 2006.

COSTA, Brenda Luanda Silva; SENNA, Mônica de Castro Maia. O MODELO PRIVATIZADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL CHILENA E A PANDEMIA DE COVID-19. O Social em Questão, v. 4, n. 52, 2021.

AMORIM, Fernanda Santos. Previsão de indícios de fraude em fundos de pensão utilizando modelos de aprendizado de máquina supervisionados e técnicas de balanceamento de dados. 2022.

DE SOUZA SILVA, Guilherme Gustavo et al. Educação financeira para planejamento da aposentadoria. 2019.

MAROCKE, Eduardo Bulzamini. A eficiência dos multimercados brasileiros: uma análise da última década (2013-2023). 2024.

FONSECA, Nelson et al. Análise do desempenho recente de fundos de investimento no Brasil. 2007.

CEREZER, Bruna Felin et al. Perfil do investidor: uma análise comparativa entre os investidores em fundos de investimentos imobiliários e os demais investidores. 2017.

DE MELLO, Gilmar Ribeiro et al. A influência da liquidez na rentabilidade das empresas listadas no Índice Bovespa. Revista de Contabilidade e Controladoria (RC&C), v. 7, n. 2, 2015.

DE FRANÇA, Carime Jabour et al. Tributação implícita e clientelas, arbitragem, restrições e fricções. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, v. 7, n. 1, p. 5-18, 2017.

LAZZARIN, Sonilde Kugel. A (in) seguridade social em tempos de pandemia: a renda básica universal como possível solução ao precariado e à crescente desigualdade social no Brasil. 2020.

DE OLIVEIRA, Edineide Maria et al. O endividamento de idosos aposentados. **Conjecturas**, v. 22, n. 1, p. 2052-2075, 2022.

SANTOS, Lidianne Barcelos dos et al. Empréstimo consignado: o endividamento dos aposentados e pensionistas do INSS. 2019.

SACCÓL, Horácio Nascimento; PIENIZ, Luciana Paim. Finanças comportamentais: teoria do prospecto e perfil do investidor aplicados à estudantes de Administração e Ciências Contábeis da Unicruz. In: XV Congresso Virtual de Administração. 2018.

FIELD, Andy. Descobrimo a estatística usando o SPSS-2. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.